



## **MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

### **ACTA Nº 07 / 08**

Data da Sessão: 22 de Dezembro de 2008

Início da Sessão: 15.00 horas

Fim da Sessão: 22.00 horas

### **Composição da Mesa:**

**Presidente:** Lídio dos Santos Cristo, Dr.-----

**1º Secretário:** Manuel Eduardo Magalhães Portelinha -----

**2º Secretário:** Vitor Manuel Monteiro Travassos-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

----- Aos 22 dias do mês de Dezembro do ano de 2008, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PONTO UM** - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;-----

-----**PONTO DOIS** - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;-----

-----**PONTO TRÊS** – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL (A.I.) DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO MONDEGO (CIM-BM);-----

-----**PONTO QUATRO** – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO;-----

-----**PONTO CINCO** – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DO “NOVO REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO – RMEU”;-----

-----**PONTO SEIS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DO MUNICIPIO DE MONTEMOR-O-VELHO;-----

-----**PONTO SETE** – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DO “PROGRAMA PARA A HASTA PÚBLICA DOS TERRENOS DO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL, EM MONTEMOR-O-VELHO”;-----

-----**PONTO OITO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A “DESAFECTAÇÃO DAS PARCELAS “A” E “C”, DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO E CEDÊNCIA GRATUITA À REFER-E.P., PARA A CONSTRUÇÃO DA PASSAGEM INFERIOR PEDONAL NO APEADEIRO DE PEREIRA”;-----

-----**PONTO NOVE** – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DOS ESTATUTOS “MOVER – ASSOCIAÇÃO DAS RUAS DE CULTURA DE MONTEMOR-O-VELHO”;-----

-----**PONTO DEZ** – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ADESÃO À “PARQUES DE PORTUGAL – ASSOCIAÇÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS;-----

-----**PONTO ONZE** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009;-----

-----**PONTO DOZE** – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DE “EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO”-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

-----**PONTO TREZE** – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO NAS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

-----Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa (PMAM) declarou aberta a Sessão às 15 horas.-----

-----**PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, Fernando Jorge dos Ramos, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, Maria Isabel Martins Rolim, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José Laranjeiro Costa, José Manuel Cardoso Bucu, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia (PJF) de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca.-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS** – Os PJF de Meãs e de Gatões, pediram a sua substituição, respectivamente, por José Abrunheiro da Silva Alho e por Horácio Manuel Freitas Azenha, tendo este vindo a faltar à reunião. -----

-----**Presenças dos Vereadores** – Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge e Manuel Alberto Gonçalves Góis.-----

-----**PONTO UM** - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

-----O PMAM usou da palavra e disse: “Verificada a existência de quórum vamos dar início a esta Sessão Ordinária da AM, começando por apresentar os meus cumprimentos aos Membros da MAM, ao Presidente da Câmara Municipal (PCM), a todos os Vereadores Municipais, aos restantes Membros da AM, à colaboradora Neiva Esteves e público, em geral, desejando que se realize uma reunião participada e dentro do que é habitual nas nossas reuniões. -----

-----Assim, solicito ao SMAM, Manuel Portelinha, que proceda à leitura da correspondência recebida ou expedida e que não consta da lista enviada”. -----

-----O SMAM informou da recepção de diversos ofícios recebidos, dos quais, os pedidos de substituição dos PJF de Gatões e de Meãs; o ofício da JF de Abrunheira a devolver certidões de afixação de editais; vários postais de boas festas da Academia Musical Arazedense (AMA), das JF, Centro Beira Mondego, Liga dos Amigos de Santo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

Varão, Assembleias Municipais de Lousã, Figueira da Foz e Coimbra, CM de Miranda do Corvo, Major Reis, Casa do Povo da Abrunheira, Cruz Vermelha Portuguesa, Governo Civil de Coimbra, Associação Fernão Mendes Pinto, Notariado Português de Montemor-o-Velho, Direcção Regional da Educação da Região Centro; ofício da AFUV a convidar para a Sessão de Encerramento das Comemorações do Bicentenário e Convite da AMA. -----

----- O PMAM usou da palavra e apresentou as actas número 5 e 6, das Sessões Ordinária de 29 de Setembro e Extraordinária de 14 de Novembro, para apreciação e votação. -----

----- Posta à discussão e votação a acta número 5, de 29 de Setembro do corrente ano, obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0; -----

----- Abstenções - 1; -----

----- Votos a favor – 33. -----

----- A acta número 5/2008, de 29 de Setembro de 2008, foi aprovada por maioria. -----

----- Posta à discussão e votação a acta número 6, de 14 de Novembro do corrente ano, obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0; -----

----- Abstenções - 0; -----

----- Votos a favor – 34. -----

----- A acta número 6/2008, de 14 de Novembro de 2008, foi aprovada por unanimidade.

----- Posteriormente, foram dados 5 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros deste Órgão entendessem por convenientes. -----

----- E foram aceites: -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Vitor Travassos (CMNRC) ("**Diversos**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **01**. -----

----- Não havendo intervenções passou-se, de imediato, à votação tendo a Moção sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Marco Góis (PS), ("**Moção de Felicitações**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **02**. -----

----- Não havendo intervenções passou-se, de imediato, à votação tendo a Moção sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Intervenção** subscrita pelo PFJ de Arazede, ("**Visita da Subcomissão de Igualdade de Oportunidades e Família**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **03**. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

----- Esta intervenção será enviada ao Executivo Municipal. -----

----- **Intervenção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, ("**900 anos da 1ª Carta de Foral de Tentúgal**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **04**. -----

----- Esta intervenção será enviada ao Executivo Municipal. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Vitor Travassos (CMNRC), ("**Xadrez**"), conforme documento nexo à presente acta sob o número **05**. -----

----- Não havendo intervenções passou-se, de imediato, à votação tendo a Moção sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Mário Pardal (CMNRC), ("**AFUV**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **06**. -----

----- Não havendo intervenções passou-se, de imediato, à votação tendo a Moção sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Arazede, ("**Homenagem ao Maestro Angelino Gomes Ferrão**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **07**. -----

----- Não havendo intervenções passou-se, de imediato, à votação tendo a Moção sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Intervenção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, ("**Visita do Nobel da Literatura Escritor José Saramago**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **08**. -----

----- Esta intervenção será enviada ao Executivo Municipal. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Mário Pardal (CMNRC), ("**Investir em Montemor**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **09**. -----

----- Não havendo intervenções passou-se, de imediato, à votação tendo a Moção sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Intervenção** subscrita pelo PJF de Tentúgal ("**Comemorações do Dia da Memória – 16 de Novembro**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **10**. -----

----- Esta intervenção será enviada ao Executivo Municipal. -----

----- O Membro Filipe Carraco (CMNRC) pediu a palavra e disse: "Cumprimento todos os presentes nesta reunião e quero abordar 2 assuntos distintos nesta AM. O primeiro prende-se com a assinatura dos contratos no âmbito do Plano Operacional Regional (POR) que tem a ver com a gestão dos fundos do QREN e que, neste caso, foi celebrado entre a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIBM), representada pelo PCM, e a Administração Central. Destaca-se o facto destes contratos irem permitir o financiamento de 71 milhões de euros que, por sua vez, permitirão um investimento global

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

na ordem dos 120 milhões de euros a aplicar nos Concelhos da CIBM. Penso que tem de se destacar o montante do investimento para o Concelho de Montemor que é de cerca de 10% desse valor, o que permitirá realizar um conjunto de projectos e de intervenções com forte destaque na valorização do território urbano, na revitalização de património histórico e cultural, com uma aposta vincada nas áreas do ambiente e nos recursos naturais. Queria, no entanto, deixar aqui 2 notas que acho que merecem algum destaque: a primeira para assinalar o atraso na celebração dos contratos que faz com que só ao final do segundo ano da vigência do IV QCA e do QREN tivessem sido celebrados. A outra nota prende-se com o trabalho desenvolvido pelo PCM na reactivação e reabilitação da Associação de Municípios do Baixo Mondego (AMBM), que será entidade do NUT III, gestora destes fundos a que agora vamos ter acesso e que serão fundamentais para um leque muito importante de intervenções no Concelho que, digamos, agora poderão ter as bases para finalmente avançarem. -----

-----O segundo assunto que gostaria de abordar prende-se com a felicitação pela tomada de posse do nosso companheiro, Pedro Machado, como presidente da Entidade Regional de Turismo (ERT). É um orgulho para o Concelho que um dos seus distintos cidadãos, com provas dadas no sector, inclusivamente como Vereador com o Pelouro da Cultura e Turismo, tenha sido eleito para aquele cargo e, por isso, reitero os votos sinceros de todo o Grupo da CMNRC, do desempenho de um profícuo mandato, cheio de grandes realizações para o Turismo da Região Centro. É um sector em que ainda há muito a explorar e a evoluir no futuro, que vive hoje um novo paradigma com base na exploração das redes integradas do turismo e, por isso, confiantes que o Pedro Machado, com todo o dinamismo demonstrado ao longo do seu percurso, será a pessoa indicada para alcançar esses objectivos nos próximos 4 anos”. -----

-----O Membro Fernando Ramos (PS) pediu a palavra e disse: “Saúdo e desejo a todos os presentes e à população em geral uma óptima quadra natalícia e um bom ano de 2009, muito especialmente para o Vereador Pedro Machado, não propriamente por ter sido eleito Presidente da Entidade Regional de Turismo, mas porque é sempre grato verificar que alguém do Concelho lidera a estrutura distrital de uma força partidária e, de uma forma leal e pessoal desejo que contribua para que Coimbra tenha o peso a que tem direito. Não naquela velha perspectiva de já fomos capital da zona centro, os tempos são outros e, mesmo que tenha que lhe tirar o meu chapéu enquanto Presidente da Distrital do PSD, de manhã, e à tarde Presidente da ERT, com toda a certeza que saberá como agir, mas não queria deixar de realçar esta sua oportunidade e dizer-lhe que, como alguém disse, “por Coimbra tudo, pelo PSD nem tanto”. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

-----Agora duas questões mais locais: uma tem a ver com uma missiva, que recebi e apreciei, que se refere ao pagamento da água e que paguei, naturalmente, por pay shop. No entanto houve um conjunto de cidadãos com quem falei que não tinham como o fazer e gostava de saber se houve algum desacerto entre a CMMV, e gostava de saber se houver algum esclarecimento sobre este aspecto. -----

-----A segunda questão é porque todos poderão ler a história da forma como entenderem, importa dizer que o Seminário “Investir em Montemor” foi, de facto, uma boa acção. Não foi um Seminário onde se debateu, mas de conhecimento, para alertar, e bem, alguns empresários que estavam presentes e, portanto, dentro dessa perspectiva estratégica entendo-o perfeitamente e, por isso, votei como votei a proposta do PSD. É evidentemente que o debate não existiu e não o quero fazer aqui agora, mas pretendo referir que concordo com o que o PCM disse nesse Seminário e que tem a ver com a necessidade do Município de Montemor-o-Velho enquanto associado da Associação Diogo de Azambuja (ADA), não esquecer a importante ligação que tem de ser estabelecida entre as empresas e a ADA, em questões de formação, do ensino e não só. Não posso estar mais de acordo com esses aspectos e, sinceramente, queria reforçar aqui essa recomendação enquanto Membro desta AM”. -----

-----O Membro Fernando Monteiro (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Boa tarde a todos os presentes. Pedi a palavra para tecer algumas considerações sobre o Centro Náutico de Montemor (CNM). Penso que na passada reunião ordinária foi assumida, claramente, a sua paternidade, com toda a legitimidade e, enquanto munícipe, não quero deixar de manifestar o meu apreço para quem, desde o seu nascimento até à presente data, tem sabido tratar com afecto aquela estrutura. Estou em crer que, decorridos 10 anos, o CNM se encontra numa fase plena de utilização, com várias equipas de remo e canoagem a utilizarem o espaço para treinos e provas desportivas. Apraz-me também registar a sua reconfiguração para a prática dessas modalidades, depois inserido num contexto mais vasto que será o Centro de Alto Rendimento (CAR) e que englobará, outras disciplinas e outras actividades como o triatlo e a natação de águas livres. Relembro também que este é, neste momento, se não me engano, o segundo CAR no País, a seguir ao do Jamor e, certamente, quando estiver em plena funcionalidade configurará Montemor como epicentro das referidas modalidades e será, como disse o Secretário de Estado, Laurentino Dias, no dia 11 de Setembro, na Figueira da Foz, um Centro ao nível da Europa e do Mundo. Estas afirmações foram proferidas na Gala dos Campeões da Federação Portuguesa de Canoagem que contou com a presença do respectivo Presidente Nacional e do Presidente da Federação Internacional que, nesse mesmo dia,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

esteve de passagem por Montemor e reuniu com o PCM para verificar o projecto do CAR referindo-se a ele como um projecto excelente e de muita qualidade. Estou em crer que a sua reconfiguração, com a construção da pista de retorno e restante projectos, já da responsabilidade do actual Executivo Camarário, em meu entender, foram determinantes para que nele decorram os Campeonatos Europeus de Remo, em 2010. A data desta prova ainda não está confirmada, mas penso que irá decorrer entre Julho a Setembro de 2010. Irão ser gastos cerca de 2 milhões de euros e a CMMV irá suportar entre a 25 a 30% e este encargo financeiro é, de facto, notável e considerável atendendo à conjuntura económica, mas só assim será possível realizar as melhorias pretendidas. Algumas obras já estão a concurso, outras encontram-se em andamento, dentro dos prazos previstos mas atendendo ao esforço humano e financeiro que vai ser preciso fazer, às dificuldades financeiras a nível internacional e ao previsível difícil ano de 2009, faço votos que todos os esforços e parcerias se conjuguem como até aqui para que esta prova projecte Montemor a nível internacional. Por outro lado espero que tais espaços contribuam para uma melhor e maior prática desportiva, com uma maior intervenção e participação dos Municípios locais pois, só assim, se poderá fazer jus ao elevado esforço para a execução de semelhante empreendimento”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro (CDU) pediu a palavra e disse: “Cumprimento todos os presentes e quero tecer algumas considerações sobre alguns temas em que não é fácil intervir com a mesma extensão que é feita pelos outros Grupos, até porque seria fastidioso, mas gostava de centra a minha intervenção em 3 ou 4 aspectos que me parecem importantes, no momento actual. -----

----- Primeiro é para constatar e chamar a vossa atenção para as relações perigosas entre a política e o poder económico de que temos sido testemunhas nos últimos meses, desde que se deu o agravar desta crise geral, que até o Cardeal Patriarca de Lisboa chama de uma nova revelação. Não posso esquecer a crise instalada no sistema capitalista mundial e as relações perigosas que são noticiadas, diariamente, que envolvem dos mais altos responsáveis do PSD e do PS, no BPN, na Sociedade Lusa de Negócios, no BPP ou na Mota Engil, para só enumerar alguns. A política transformou-se num jogo de Poder a qualquer preço, não por ideologia, mas um jogo de acesso fácil ao Poder e os Partidos que alternam no Governo não têm cuidados relativamente às pessoas que promovem e que o utilizam como trampolim e, por isso, é importante que tenhamos consciência do que se está a passar, porque é bastante gravoso. O orçamento do Estado continua a alterar a redistribuição agravando os impostos e o rendimento às pessoas mais desfavorecidas e mais dependentes e quando se trata de nacionalizar



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

prejuízos de grandes grupos não há problema. Faz-se pompa e circunstância quando se trata de apoiar as pessoas mais desfavorecidas, inventam-se mil pretextos para dizer que essas pessoas são mal agradecidas, são mal orientadas, não querem ser avaliadas ou, enfim, qualquer desculpa é válida para retirar uma fatia ou uma cêdeia daqueles que têm menos. Gostava de alertar para um exemplo concreto que é o que se está a passar com os professores, independentemente de admitir que os Sindicatos não têm 100% de razão e que, se calhar, conhecemos professores que não deveriam merecer esse nome. Falamos duma classe em abstracto que nos toma conta dos filhos, que, em primeira análise, nos educou a todos e há-de educar os nossos filhos e os nossos netos e que estão a ser muito mal tratados por razões meramente economicistas que nada têm a ver com outras razões. Infelizmente, verificamos que, nuns casos, usa-se a descentralização e maior autonomia local para tratar dos problemas das escolas, como recentemente a transferência do pessoal não docente para as CM mas, no que toca aos professores, pretende-se tirar a dignidade a uma classe inteira cuja prova é o abandono diário dos melhores professores que pedem a aposentação até com prejuízo pessoal. Hoje, há pelo menos 5 professores por dia que abandonam a carreira, com prejuízos de mais de 20% nas suas pensões e era importante que tomássemos consciência de que não devemos confundir razões economicistas com educação. Este Governo tem sido useiro e vezeiro em personalizar guerras e lutas, em meter classes umas contra as outras para justificar a redução dos gastos orçamentais como aconteceu com os juízes, as farmácias, os polícias e, agora, os professores. Percebo que o Governo não pode recuar, porque se o fizer tem as classes todas deste País em cima, mas a verdade é que estamos a hipotecar o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos com o que se está a passar com o Ministério da Educação e que é, de facto, desprezível. -----

----- Em segundo lugar gostava de dizer que reconheço o mérito técnico e informativo do Seminário "Investir em Montemor", mas corroboro as palavras do Membro Fernando Ramos quanto a alguma falta de possibilidade de diálogo e debate. Fomos brindados, durante todo o dia, com informação importante em relação às oportunidades do Concelho, mas não tivemos a oportunidade de debater e teria sido interessante fazê-lo em relação a alguns temas que aqui foram banalizados. Este é um aspecto que devia ser equacionado, para além de para muita gente ser difícil participar em debates destes, num dia de semana pelo que devia haver um cuidado maior por parte da Autarquia em poder realizar estas acções para o fim-de-semana, embora alguns dos intervenientes possam ter mais dificuldades. De qualquer das formas saliento e reconheço a importância e a validade da acção.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

----- Como terceiro ponto gostava de falar sobre a homenagem que foi feita a José Saramago, em Tentúgal, para demonstrar o reconhecimento particular à JF de Tentúgal que foi, naturalmente, a mais empenhada entra as diversas instituições que colaboraram e que foram inexcusáveis na forma como receberam e trataram, não só o homenageado, mas também todos os que se quiseram associar. De registar que não houve discriminações nem divisões, todos puderam participar de forma igual o que foi um belo exemplo de como na Província também é possível ter do melhor que há nas cidades e no País. Posso transmitir-vos que o próprio José Saramago e a mulher, para além da Fundação, ficaram extremamente sensibilizados porque não estavam à espera de tal recepção tão calorosa, embora viessem com a vontade de ver o resultado do apoio que tinha sido dado em 2001 e a visita que era para ser de uma hora ou hora e meia transformou-se em muitas horas e quase ninguém queria sair do local. A CM merce também uma referência, pela contribuição, pela participação activa e pela homenagem que prestou. Refiro, ainda, que foi com agrado que vi as pessoas que estavam envolvidas já que, nestas coisas das Autarquias, há bandeiras que se passam, outras que não, mas há algumas que se transmitem automaticamente com a mudança nos órgãos eleitos. Por isso, registei, com agrado, a presença do Membro Fernando Ramos e a humildade que, naquele momento, demonstrou ao colocar-se na fila para autografar o livro, quando foi ele que terá tido a iniciativa de convidar Saramago em 2001, momento a partir do qual foi desencadeado todo o processo. Reafirmo esta minha convicção de que foi uma das demonstrações em que pode haver um empenhamento de todas as forças políticas, com este ou com outros escritores, com outros artistas que possam trazer coisas boas e boas iniciativas para o Concelho, onde todos podemos participar e dar um excelente contributo.

----- Finalmente e porque às vezes passa despercebido, gostava de dizer que se realizou mais um Congresso do Partido Comunista Português (PCP), em que tomaram decisões importantes, quer gostem, queiram ou não. O PCP continua a participar nestas vidas, independentemente daqueles que lhe auguravam um futuro mais breve, mais curto, mas o que é certo é que continua a não ter vergonha de intervir e de influenciar, onde quer que esteja, de participar na vida política social e associativa deste País. Dizer que, sob pena de perder alguma qualidade nos quadros dirigentes, promoveu uma renovação de que ninguém se apercebeu e apesar de ter reduzido de 25 para 19 o número de Membros da sua Comissão Política, renovou-a e deve ser hoje o partido que tem a direcção executiva mais jovem de todos os partidos, com uma média de idade inferior a 40 anos e isto é a certeza de que ainda nos hão-de aturar muitos mais anos". -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Cumprimento todos os presentes nesta AM e desejo um Bom Natal e um Ano de 2009 cheio de tudo o que é bom, do que mais desejem e necessitem. -----

-----Antes de responder a algumas das questões colocadas, gostava de reafirmar a necessidade de se providenciar no sentido de todos os documentos passarem a ser enviados ou entregues por via informática, mail ou suporte digital (pen), o que nos poupará milhares de euros no final do ano em consumo de papel. Deixo, mais uma vez este apelo e espero que dele tomem a devida nota. -----

-----Aproveito, desde já, a oportunidade para informar da viagem que, este fim-de-semana, fiz a Cerizay, França, integrada nas Comemorações do XXº Aniversário da Geminação entre as nossas duas localidades, deixando um repto à Assembleia e, sobretudo às pessoas que compõe a Comissão Municipal de Toponímia (CMT), incluindo o PJJ de Montemor, que numa das suas próximas reuniões atribua o topónimo de Cidade de Cerizay, a uma rua da vila. Penso que tal é pertinente porque foi com muito gosto que relembrei a iniciativa de lá ter uma rua com o nome de Montemor-o-Velho. Falo de Cerizay, mas podia falar de S. José dos Pinhais ou de Chai-Chai, pelo que penso que esse aspecto terá de ser tido em consideração pela CMT, até porque já temos uma rua com a denominação de Tanegashima. -----

-----Em relação às questões que foram colocadas, permitam-me que refira que no que diz respeito ao pagamento do consumo de água o que se passou foi um erro informático da entidade responsável pelo sistema que, na transmissão da referência e por motivos que eles próprios se indagam, saiu o mesmo código para todos e que não funcionava, pelo que deliberámos no Executivo alargar para 19 de Dezembro o prazo para poder ser feito o pagamento. Como sabem os pagamentos, agora, são mensais, e esperamos que na próxima situação já tenham sido resolvidos esses problemas entre a prestadora informática de serviços e as entidades bancárias. O que está aqui em causa é o pagamento por Multibanco, porque com os CTT's temos um outro acordo que é mais simples e mais facilitado. Fomos alertados logo de imediato, mas era impossível fazer a recolha dos elementos e resolvemos, por bem, optar pela concretização duma solução temporal que permitisse aos cidadãos repor o seu pagamento. -----

-----No que diz respeito às questões que se prendem com a questão do Ensino Profissional (EP) no Concelho, acho que é uma questão pertinente e oportuna, mas que requer uma clarificação de leitura sobre a oferta formativa nesta matéria no que diz respeito às instituições sejam elas públicas ou privadas de fins não lucrativos e a própria área de oferta que no domínio do ensino público vai ter que ser feito. O que quero dizer

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

com isto é que não podemos olhar exclusivamente para a nossa oferta formativa, no qual somos o proponente mais importante, fruto, sobretudo, das escolas integradas na ADA mas temos de considerar como irá funcionar este harmónio com a Escola Secundária de Montemor. Cada vez mais, tem de existir um intercâmbio para que a oferta traduza uma resposta ou uma procura, que venha ao encontro do que são as necessidades do desenvolvimento sócio-económico do Concelho, mas não só, porque temos que ter uma visão mais alargada da concretização dos intercâmbios e dos protocolos que temos, também a nível inter-regional. Dentro desta matéria penso que irão surgir, nos próximos tempos, situações claras em que terá de haver um consenso generalizado para essas alterações, já que elas não podem ser apenas nominativas, têm que ser estruturais. Dou 2 exemplos: um deles na oferta tecnológica dos investimentos que estão a ser feitos no Concelho; o outro, e é a primeira vez que estou a falar disto publicamente, vamos ter que ter algum arrojo e alguma capacidade de repto, mesmo que não seja para ficarmos com esse desiderato, pelo menos vamos confundir a cabeça de muita gente e vamos criar algum mal-estar do ponto de vista da decisão, se não nos for favorável. Um dia destes, tive a oportunidade de dizer ao vice-reitor da Universidade de Coimbra (UC) que Montemor está disponível para dar o terreno para que a nova Faculdade de Desporto da UC venha para Montemor, onde se localizará o melhor CAR, da Região Centro. Não me parece curial que se afaste um mecanismo de formação de potencial humano, do potencial material, técnico, que a região possui. Esta semana, o Secretário de Estado do Desporto veiculou o regresso do Centro de Medicina Desportiva, a Coimbra ou, pelo menos à Região, e onde estava presente também o Reitor da UC pelo que nessa área devemos ter uma palavra pioneira e ao mesmo tempo desafiadora. Se ela for ou não positiva, o problema é de quem vai dar a resposta, mas penso que, neste momento, temos todas as condições para nos afirmarmos, pelo que essas circunstâncias poderão passar por uma leitura da valência profissional, em termos da especialização e de formação e, a partir daí, passarmos para um ensino médio ou superior. Essa leitura penso que terá que ter uma amplitude que não se circunscreve às áreas tecnológicas, que se aproximam de uma maior operacionalidade no curto espaço de tempo. Temos que ter outras leituras e outra dinâmica. Assim, o próprio ensino profissional, nas condições actuais ou em perspectivas de médio prazo, terá de passar por uma ruptura clara, preparando-se para uma nova dinâmica que tem de ser estudada a vários níveis e tem existido essa preocupação que tenho discutido com o representante da Autarquia no Concelho de Administração da ADA. Penso que, no próximo ano, vai ter, desde já, que dar essa noção em termos dos conteúdos, das programações e dos reptos para o

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

próximo triénio pelo que deixaria esta questão para um debate mais aprofundado do ponto de vista político que poderá vir ao encontro de algumas das preocupações e das necessidades, de curto prazo, que vão emergindo. -----

Ainda a nível da educação, no próximo dia 6 de Janeiro, vou ter uma reunião com a Directora Regional de Educação para abrir a discussão do dossier de transferência de competências. A minha posição política nessa matéria é conhecida - a questão não é de criar impasse nessa matéria, mas negociar o melhor possível e, neste momento, tal não se compadece com a assunção do equivalente a 50% do número de funcionários que a Autarquia já possui. Por outro lado teremos de ficar responsáveis por um parque escolar obsoleto e intratável, nalguns aspectos que considero fulcrais e estes dois elementos vão ser pertinentes e importantes para serem discutidos. Quanto ao objectivo em si, julgo que não é aí que está a questão ou melhor, não está na forma mas no conteúdo e é este que tem de ser discutido. Toda esta matéria nos preocupa, mas para o qual pensamos que os projectos em curso vão acelerar alguma decisão. -----

-----Em relação à Escola Profissional há que ter em atenção algumas prerrogativas e ter a coragem de dizer que, neste momento, eu não me revejo na sua manutenção. Sou muito solidário para com os outros, para com os países de expressão de língua portuguesa, mas há um custo muito grande para o próprio município, pelo que não podemos, por um lado, estar a armarmo-nos em bons samaritanos e, por outro, deixarmos de desenvolver algumas das situações que pretendemos para a própria região. Isso terá de ser ponderadamente discutido e partilhado para atingirmos um desiderato que é de todos, considerando que quem está à frente sabe o que quer, como, para onde e com quem vai. No futuro, a diferença está no protagonista e, isso, foi o que faltou a este Concelho durante muitos anos - uma estratégia, uma delineação clara com objectividade de definir para onde e como vamos. Hoje, o problema é definir quem conduz a máquina, e é-o a nível do Município, da Associação Intermunicipal, da Região Centro e isso temos, claramente, que definir. Nós só queremos possuir capacidade de pôr as ideias em marcha e, a partir daí, acreditar que no futuro esses são os pilares do desenvolvimento harmonioso, da criação de empregos, da qualificação de recursos, da melhoria da qualidade de vida. Em relação a tudo isto estou perfeitamente à vontade para consolidar posições, mas acho que nalguns casos temos de cimentar melhor as nossas intenções. ---

-----Quanto às empresas que já se fixaram no Concelho há, neste momento, parcerias que vão começar a ser impulsionadas, não podendo, no entanto, fazermos a camisa para um determinado padrão, porque numa situação de recessão ou de contorno menos expansionista reverter-se-á negativamente para o nosso lado, pelo que temos de ter uma

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

visão, independentemente de algum bairrismo, em que nos firmemos apenas nos contornos do nosso Município, mas também na complementaridade do que não existe a montante ou a jusante da nossa localização geográfica”. -----

-----**PONTO DOIS** - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;-----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Apenas duas questões relativamente à Informação que nos proporcionou. Uma tem a ver com o facto de se afirmar que estão concluídos os trabalhos das JF, relativamente à toponímia o que penso não ser verdade, mas os serviços às vezes excedem-se. Se assim for, evidentemente, que terei de pedir a acta da reunião da CMT onde tal aconteceu, para que me expliquem como é que já terminaram uma coisa que não está terminada. Relativamente às outras questões, de atribuir topónimos de localidades geminadas a ruas de Montemor, elas foram abordadas na CMT, aguardando-se oportunidade para o fazer. -----

A outra questão prende-se com a EN 335-1, entre Arazede e a Volta da Tocha e a minha questão é esta: sempre tive a ideia de que os trabalhos eram de facto mais amplos, englobavam toda a sua extensão, até Arazede, mas nesta parte não teriam sido efectuados porque temos um plano de circulação que não está ainda definido. E isto porquê? Porque a ser assim, compreendo que tenha havido menos 700 mil € de obra, mas a informação que os serviços me deram não é essa - é que as obras foram concluídas e estará correcto. Entre o valor da adjudicação e o valor que foi pago pela CM há uma diferença de 700 mil euros - o valor da adjudicação é de 1.787.410, 24 € e o custo final foi de 1.079.000 €, havendo, assim, 700 mil € de diferença. O que é que aqui não joga bem? Ou o que é que não foi feito?”-----

-----O PCM pediu a palavra e respondeu: “Não é uma coisa nem é outra - aquela obra está dividida em 3 fases distintas e o que aí está são as adjudicações todas. O que está em causa é que há uma parte que é protocolada e que é a parte da obra que chegará Arazede. Protocolizámos com o III QCA, através das Estradas de Portugal (EP), uma subvenção de 600 mil €, equivalente a 50% do valor da obra que íamos fazer ou seja de 1.200.000 € e, ainda hoje, aprovámos em reunião de CM que o custo final da obra, em termos de obra foi de 1.195.700 €, pelo que ficámos a 4 mil euros de atingirmos o orçamentado. A CM, em tempo oportuno, abriu concurso para a electrificação e para esgotos que não estavam projectados e, portanto, o valor da obra global atinge 1.700.000 €, dos quais 1.200.000 € têm a ver com a feitura da estrada. Para que se saiba, os 600.000 € vão ser-nos disponibilizados a partir do momento em que paguemos os outros

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

600.000 €. Concluindo - 1.700.000 € contemplam a obra física, a plataforma com a parte eléctrica e com outras que não entram no financiamento que, como já referi, é de 600.000 €. Dali para a frente está no Plano de Actividades e Orçamento de 2009 que vai ser alvo duma candidatura à contratualização que entretanto assinámos com o CIM-BM e com o IMTT, para fazer a ligação com a passagem superior na Linha da Beira Alta”. -----

-----**PONTO TRÊS – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL (A.I.) DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO MONDEGO (CIM-BM);** -----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Naturalmente que quero, apenas, apresentar a lista do PS, porque penso que iremos proceder de imediato à votação”. -----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e referiu: “Na impossibilidade de apresentar uma lista com 5 elementos, mas não havendo nada que diga que não posso concorrer a esta eleição, gostava de candidatar o elemento da CDU a um lugar nesta eleição, que será definida com base no método de Hondt”. -----

-----O PMAM informou que foram entregues 3 listas sendo a primeira a da CMNRC que ficará como lista A, a segunda a do PS que ficará como lista B e a terceira da CDU que ficará como lista C. As listas referidas constituem **documentos anexos** à presente acta sob os nºs 11, 12 e 13. -----

-----Foram dados a conhecer os elementos que compunham as listas e, de seguida, procedeu-se à chamada para a efectivação da votação, por escrutínio secreto. De acordo com a legislação aplicável apenas votaram os Membros directamente eleitos, pelo deram entrada 21 boletins de votos, tendo-se obtido os seguintes resultados: -----

----- Lista A – 13 votos; -----

----- Lista B – 07 votos; -----

----- Lista C – 01 voto. -----

----- Assim, os representantes do Município de Montemor-o-Velho na Assembleia Intermunicipal da CIM-BM são os seguintes: -----

----- **Efectivos:** -----

----- Lídio dos Santos Cristo; -----

----- Fernando Jorge dos Ramos; -----

----- Mário de Oliveira Maia Pardal; -----

----- Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis; -----

----- Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis. -----

----- **Suplentes:** -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

*Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

----- **Da Coligação Montemor no Rumo Certo:**-----

----- Vitor Manuel Monteiro Travassos; -----

----- Edite Maria Monteiro Girão;-----

----- **Do Partido Socialista:** -----

----- Milena Sofia Jorge Faria; -----

----- Olímpio Varela Baía.-----

----- O SMAM, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, ausentou-se da AM pelas 17 horas e 45 minutos, com a devida autorização e por motivos justificáveis . -----

----- **PONTO QUATRO – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO;** -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Apenas para explicar, para se entender o porquê deste ponto, que a partir do próximo ano a estrutura orgânica da Autarquia vai ter que ser modificada isto porque a nova legislação sobre a matéria implica a construção duma nova forma de vínculo em que os quadros gerais das Autarquias vão dar origem aos contratos individuais de trabalho. Para a aplicação deste novo regime temos de dar conhecimento à AM sobre qual a situação actual para o preenchimento do quadro da CM e que está por ela aprovado. Todas estas alterações têm repercussões no próprio orçamento e planos de actividade futuros. Isto significa, também, que, a partir do princípio do próximo ano, todas as chefias desta casa, teoricamente, caem e, depois, a questão que se põe é, que elas podem ser mantidas por livre arbítrio e vontade do PCM ou através de concurso. Qualquer um dos Membros da AM pode perguntar sobre qual era a situação no momento em que tomámos conhecimento de que esta legislação ia entrar em vigor, qual era o número de funcionários, onde é que eles estavam, como são, quais são os do quadro, quantos estão em situação de provimento ou quantos são contratados a termo? Neste momento, face ao quadro de pessoal que existente, temos, penso, 84 vagas e, neste momento não penso preenchê-las no próximo ano, porque as dotações financeiras que afectei à rubrica não vão dar essa hipótese, quando muito vão permitir transferências entre cessação de contratos e outros novos, mas dentro do mesmo volume financeiro. Para além disso refiro que temos 2 pessoas que são dirigentes que não fazem parte do quadro, temos 6 ou 8 em contrato de provimento, temos 172 no quadro, se não estou em erro e, ainda, 80 e tal pessoas que não são do quadro. Não se esqueçam dos que, entretanto, entraram, nomeadamente na educação e piscinas, incluindo todos os professores das AEC., mas isto só para se ver como é que em termos formais do quadro do pessoal as coisas ficaram praticamente. Sinceramente, podemos dizer que entraram uns e saíram outros, mantendo-se o valor global, pelo que a AM tem que aprovar este



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

quadro e, para o ano, se houver alterações terão de voltar a este órgão porque terão de ser justificadas, no contexto de novas nomeações de chefia ou de simples mudanças”. ----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “A explicação que o PCM nos deu vem reforçar a nossa interpretação da nova legislação e, assim, o PS não tem qualquer objecção e aprovará a proposta do mapa de pessoal apresentada”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato à votação, que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PONTO CINCO** – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DO “NOVO REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO – RMEU”; ----

-----O PCM introduziu este ponto da OT, dizendo: “Permitam-me que explique a razão do documento que vos vai ser distribuído: após este assunto ter sido remetido à AM, foi solicitado pelos Vereadores que fosse dada a oportunidade de comparar exemplos, entre o nosso e outros Municípios e entre o actual e anterior Regulamentos. Esta questão obrigou a que a CM tivesse aprovado, por unanimidade, remeter à AM o documento e hoje, em reunião do executivo, votou-se o documento, que foi aprovado, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores da CMNRC e com os votos contra da Oposição e o que está nesse documento é a reposição integral do que acabo de dizer. No extracto de acta anterior, que vos foi remetido, numa leitura menos atenta podia pensasse que o documento em causa tinha sido aprovado por unanimidade. O documento que serve de base - o RMEU - é o mesmo, e vamos ter connosco o Director de Departamento, António José Cardoso, que nos irá apresentar exemplos concretos das alterações que são sugeridas e, tal como referi na reunião do Executivo, reafirmo que este é um documento de base técnica, resultante de obrigações a que a legislação nos obriga. Cada vez mais, temos de possuir uma leitura de custo / benefício ou custo / proveito, como na Administração Central e isto significa que a fixação de taxas, de preços ou de serviços tem que estar suportado em estudos económicos e isto teve um trabalho feito pelos serviços responsáveis e por um economista exterior que avaliou esse mesmo trabalho. Em relação a esta matéria e sem contrariar o que já disse, o Executivo na sua globalidade, têm tido uma preocupação em cumprir o que do ponto de vista legislativo nos é imposto. Nestas questões de reposição de valores não sejamos autistas e nessa matéria não se esqueçam que esta AM, por proposta do Executivo Municipal, aprovou

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

reduções de IMI em 2007 e 2008, respectivamente de 25% o ano passado e 17,5% este ano. Não preciso de lembrar mas foi, recentemente, feito o desafio a todos os municípios para reduzirem e Montemor já o tinha feito. É muito fácil quando se pede aos outros para se reduzir aquilo que não se faz o mesmo em casa e estou a falar, directamente, para o Governo que veio pedir para fazerem aquilo que não faz e nós perdermos receitas próprias e isto onde as receitas próprias são extremamente importantes é complicado. Assim, apelo para que não haja hipocrisia entre o que se diz e o que se pretende, já que não é possível reduzir todas as formas de financiamento, de receita, de autonomia do Município em si para que se façam obras e se mantenham saldos positivos entre o deve e o haver. Quem assim pensa é porque não percebe, rigorosamente, nada disto e continua a ser demagógico, encontra-se, totalmente, fora do contexto e, pura e simplesmente, tem um determinado discurso político. Aqui pode tê-lo à vontade, mas não o tenham para com a população que tem todo o direito de se sentir apoiado do ponto de vista do desenvolvimento. Não podia deixar de, neste momento, vos dizer tudo isto porque a votação não é, exclusivamente, política - é, também, capacidade de se saber o que se quer e o que se pretende". -----

-----De seguida, foi dada a palavra ao Director de Departamento, António José Cardoso, que prestou diversos esclarecimentos. -----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: "Permitam-me que, antes de outra qualquer consideração, pergunte: estando as taxas definidas para entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2010, porque é que as vamos já aplicar por outros meios? Como vimos há aqui diferenças significativas e do ponto de vista político é uma barbaridade. Se verificarmos bem existe uma penalização na questão dos loteamentos, vamos chamar-lhe assim, não sei se estou a dizer uma asneira muito grande, curiosamente do ponto de vista daquilo que são as infra-estruturas que penso que ficam muito mais caro à CM se andarmos a fazer tudo. De qualquer maneira, não queria estar na pele do Vereador Saltão, nem do António José Cardoso porque, de facto, a partir de 1 de Janeiro de 2009, vão ter que explicar muita coisa que são difíceis de perceber. Vão ter a prova disso e espero que, durante 2009, não venha a haver um acerto, para baixo, desta taxa face ao que vai acontecer e esta é uma questão que preocupa o PS, mas essa é a opção. Quem o quer fazer, tem de o assumir e, daí, votarmos contra". -----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: "Gostava de dizer que fiquei surpreendido com esta posição do PS. Não venho aqui defender a proposta da CMMV, porque também vou votar contra, mas por outras razões. Segundo percebi, esta correcção do RMEU deve-se, em grande parte, à correcção da Lei estruturante. Assim

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

sendo, não percebemos nada do que se anda a fazer e a dizer por aí e esta é a prova de que o Governo tira aqui, rouba ali, para depois os Municípios roubarem acolá, agravarem as condições de vida dos seus munícipes. Esta é uma política do utilizador pagador, que tem sido reflectido em tudo o que é a nossa vida diária e, por isso, acho estranho que o Grupo do PS vote contra pelas razões que apresenta. Devia votar contra, por estar em desacordo com a Lei que emana do seu próprio Partido e, isso sim, era um acto de coerência e de coragem. Eu voto contra, exactamente por isso, porque no actual estado de coisas, em que nos vimos confrontados com projectos que podiam ajudar a fixar mais gente e trazê-los para a vida dum Concelho que precisa de gente nova. Preocupa-me ver por aí loteamentos, urbanizações e empreendimentos já penhorados pelas Finanças, por falta de pagamento e outros que não se vendem. Preocupa-me o agravamento dos custos, porque vai desincentivar o aparecimento de novos empreendimentos no Concelho e não vejo explicado na posição do Executivo a responsabilidade da situação. -----

----- Também gostava de ver mais evidenciada alguma medida que pudesse facilitar a recuperação do nosso património. Continua a ser um problema a recuperação das nossas Vilas e nossos Centros Históricos e não consegui identificar aqui medidas evidentes de apoio, embora saiba que se estão a estudar programas específicos para a recuperação do património. Vamos ver como é que isso depois aparece na prática. Mas a razão fundamental do meu voto não tem a ver com a proposta, mas com a base e com a filosofia que a impôs”. -----

----- O Membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Da análise do documento que nos chegou, retirámos, também, a possibilidade deste Regulamento poder ser, em alguns pontos, discricionário. Em vários artigos remete-se a tomada de decisão de certos e determinados procedimentos para uma análise futura o que, no nosso entender e corroborando o parecer dado pela Ordem dos Arquitectos, pode levar a que 2 funcionários distintos, perante 2 situações idênticas tenham opiniões diferentes. Ora este caso vai levar, como é óbvio, a diferenças que se vão reflectir no Município - 2 situações semelhantes podem ter resoluções diferentes, por funcionários diversos. -----

----- No artigo 18º, refere-se que as obras de escassa relevância urbanística terão isenção de licença, necessitando apenas de comunicação prévia. Ora, mais uma vez, além de acharmos que é um pouco vago, julgo que poderíamos ter ido mais longe e deveria ter havido uma diferenciação entre as malhas urbanas e as malhas rurais já que será totalmente diferente, do ponto de vista da relevância urbanística, fazer um muro no centro de Montemor ou no Moinho da Mata. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

----- Quanto às taxas, verificámos que 70, 80 ou 90% do seu valor resultam do número de horas imputadas ao trabalho de técnicos superiores para as mais variadas situações. Há alguns casos que não conseguimos perceber e dou um exemplo: o caso dum simples averbamento, como uma mudança de técnico, empreiteiro ou destaque de parcela, não conseguimos perceber como é que temos 5 horas de técnico superior e que passa de 20 para 100 €, no futuro RMEU. Não conseguimos compreender a necessidade destas 5 horas porque, realmente, parece-nos muito tempo para um simples averbamento.-----

----- Fizemos também alguns casos de estudo de comparação a pensar no Município com mais dificuldade. Compreendo a posição dos serviços acerca, por exemplo, daquela questão dos muros que pode congestionar os serviços - uma pessoa fazer a casa e passado algum tempo fazer o muro para vedar a casa. A questão é que em muitos casos o Município tem dificuldades para fazer a sua habitação e nós não teremos a legitimidade de lhe exigir que, num determinado momento, tenha a capacidade para fazer a casa toda. Nas grandes moradias, em teoria, se se tem a capacidade financeira para fazer essa obra, irá fazê-la toda de uma vez. Por exemplo, numa pequena obra, a construção de um anexo com 50m<sup>2</sup>, com um prazo de construção por um ano ou a ampliação duma moradia com a mesma área, no mesmo prazo, custava 137 € e, agora, passará a ter um custo de 396 €. Estas situações não se passam com as grandes moradias, nem com os loteamentos, mas com as pessoas que, muitas vezes, têm dificuldades financeiras e têm que fasear a obra e este aumento vai recair sobre essas pessoas. Mais alguns casos: o pedido de cópias de um processo pequeno com 50 folhas A4, 30 folhas A3 ou 10 folhas A2, em que se pagavam 120 € vão, agora, pagar-se 267 €, o Grupo do PS não consegue compreender, também, a situação das autenticações em que se regista um aumento de 0,50 € para 2 €. É, realmente, por estes motivos e por aqueles que foram apresentados pelo Membro Fernando Ramos, que não concordamos”.-----

----- O Director de Departamento pediu a palavra e disse: “Relativamente à intervenção do Membro Jorge Camarneiro, sobre a recuperação do património, penso que sabe e já me conhece suficiente para saber que sou um grande adepto da recuperação do património e que os serviços têm tido uma grande atenção relativamente a esta matéria, mas há limites na Lei. Simplificando muito fora de portas, correremos o risco de criar grandes situações de desigualdade relativamente às recuperações do património que ocorrem em zonas classificadas pelo IGESPAR e, portanto, os serviços ponderaram a possibilidade de alargar o leque das obras que sendo de recuperação poderiam encaixar em obras de escassa relevância urbanística, mas depararam com o problema que a Lei nº 60 vem esclarecer de que qualquer obra, por mais simples que seja, se ficar numa zona

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

de protecção de um imóvel classificado carece de parecer do IGESPAR. Nem precisamos de ir muito longe: ao longo da Rua Dr. José Galvão, há situações em que a obra se encontra dentro dos 50m do Teatro Esther de Carvalho ou do Convento dos Anjos e levantam problemas ao nível da tinta a utilizar, da maneira como se pinta a cornija, dos vãos que devem ser protegidos ou dos restauros das cantarias e a obra que fica a 51m é simples e nem teria que ser participada aos serviços, esta é que é a questão. As obras de escassa relevância urbanística nem sequer têm de ser participadas aos serviços e se o leque destas obras é muito expandido estamos a criar situações de extrema desigualdade nos Centros Históricos em que todos têm imóveis classificados, estando a criar um fosso ainda maior em quem tem a desdita de ficar nos 50m ou não. Actualmente a política do IGESPAR é, com a nossa concordância, a de criar zonas de protecção como ainda agora foi criada uma em Tentúgal em que já não são os 50m mas o que vier a ser definido. De toda a maneira há muita obra de mera recuperação, conservação ou beneficiação que encaixam nas obras de escassa relevância e nessa matéria não podíamos ter ido mais longe do que fomos, mas é uma matéria que nos preocupa a todos e para a qual sentimos que é preciso dar impulsos futuros relevantes. -----

-----Relativamente às críticas na especialidade, se é que posso chamar assim, que nos foram feitas, não percebi muito bem. Não podemos esquecer que há vários acórdãos no sentido de que os regulamentos não devem substituir-se aos planos e tudo o que seja diferenciador do território deve ser banido a menos que resulte da Lei. A única situação que nos deixam diferenciar num regulamento são precisamente as taxas. -----

-----Relativamente à discricionariedade e tanto quanto me lembro, a Ordem dos Arquitectos do Norte disse isto a propósito de corpos balanceados e, sinceramente, conheço milhares de regulamentos, de plano urbanísticos e nunca vi nenhuma das coisas que pudessem ser objectivadas. É muito diferente ter um corpo balanceado num local onde existe um passeio com 2,20m ou ter uma varanda a pingar para um passeio com 1m e, portanto, não consigo deixar de aceitar que as situações têm de ser analisadas caso a caso. De toda a maneira, as razões de indeferimento de um licenciamento ou de não-aceitação de um pedido de comunicação prévia, estão consignadas na Lei e a tal discricionariedade que referia está limitada pelo diploma legal. Fica de fora, eventualmente, a questão da estética, mas essa como sabe está em regulamentada desde 7 de Agosto 1951 e essa é uma questão discutível que também não seria o RMEU a resolver. -----

-----Relativamente à questão do peso do trabalho técnico superior como fundamento para o valor das taxas ele é por nós assumido. Há dias, foi publicado o balanço especial

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

das Autarquias e peso dos técnicos superiores é bastante pequeno e, naturalmente, cada vez mais o trabalho tem que ser especializado e técnico. Relativamente aos destaques demorem 5 horas, devo dizer que, possivelmente, vive num mundo diferente do mundo real nesta matéria, com toda a simpatia. Dos últimos 40 processos de destaque que entraram na CM não houve nenhum que não tivesse vindo 2 ou 3 vezes para apreciação, no mínimo, porque vêm extremamente mal instruídos e quando se diz que são 5 horas de técnico é porque os serviços foram analisar o número de vezes que cada operação de destaque foi analisada pelos serviços técnicos. Efectivamente, é muito recorrente a situação de um destaque ser analisado, pelo menos, 3 vezes pelo técnico e se se demorar hora e meia de cada vez são 4 h 30 a 5 horas. Assim, não me parece que seja absurdo, embora me possa dizer que os serviços têm que ter uma pedagogia no sentido de, cada vez mais, os destaques só virem uma vez à CM. Cada vez mais, a Lei dá mais autonomia e competência aos técnicos do exterior e nós somos técnicos da CMMV, não somos professores de urbanismo, de arquitectura ou de engenharia. Efectivamente, esse foi um critério que estará a castigar os competentes, é verdade. Mas a verdade é que tivemos que encontrar um custo efectivo para os serviços de uma operação de destaque e estes são, hoje, muito complicados em que é obrigatório fazer a verificação num sistema de informação geográfica da localização. Depois é preciso fazer a verificação das normas de todo o PDM relativamente à parcela a destacar e à soberana, ir ao local verificar se a marcação está correcta, se as edificações que estão ali delimitadas estão ou não licenciadas e, muitas vezes, o fiscal pode ir e ser obrigatória, também, a presença do técnico superior. Diria que as 5 horas se pecam por alguma coisa, será por defeito. -----

----- Finalmente, gostava de chamar a atenção de que a maior parte das operações de destaque podem, de acordo com a Lei nº 60, e também é uma imposição do Governo, podem vir a ser solicitadas às CM sem a participação de um técnico, pelo que numa operação de destaque não é obrigatório o termo de responsabilidade. Por outro lado, os destaques, a partir de agora, podem ser feitos directamente na Conservatória do Registo Predial desde que não haja intenção imediata de construir, contra a opinião dos serviços camarários, diria que de norte a sul do país. Isso vai dar azo a muita habilidade técnica como se deve imaginar, mas felizmente e tanto quanto sabemos as Conservatórias ainda não têm essa norma em vigor, mas ela está na Lei e mais cedo ou mais tarde terá de ser implementada. Digamos que, em relação aos destaques, passaram a existir 3 categorias: os que são metidos no âmbito dum projecto de arquitectura e esses são vistos, tecnicamente, com muito cuidado; os que são entregues por iniciativa do requerente sem ir ter com um técnico e esses são vistos com redobrado cuidado, porque nem sequer têm

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

termo de responsabilidade; finalmente, as operações em que existe a divisão de 1 terreno em 2 e que podem ser feitas na Conservatória, à revelia dos serviços camarários.-----

-----Relativamente às cópias dos processos e à autenticação o exemplo que deu, não é uma situação decorrente - ninguém vem aos serviços pedir a reprodução de 50 cópias do processo. Não tenho memória de nenhum caso desses, a não ser uma ou outra situação judicial em que as pessoas vêm pedir cópias dos seus processos. Geralmente para a instauração de um processo são pedidos 4 exemplares ao requerente e essa autenticação é dada junta com a emissão da licença e é graciosa, digamos que é considerado um anexo da licença de construção e portanto não é pago. A autenticação de cópias recente, do fim de 2003 quando entrou em vigor o Código do IMI, e o que se reproduz é uma simples peça desenhada, são as plantas do processo e nunca se chega a 50 cópias. Estes são os custos efectivos que resultam do trabalho que foi feito de análise contabilística, contabilizando tempos, materiais e amortização dos equipamentos existentes para esse efeito”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 15;-----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 18. -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria.-----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Uns pela ambiguidade, outros pela filosofia votam contra, esquecendo que há condicionalismos impostos pelo Governo Central que levam a este tipo de alterações. Há Autarquias em que o PS é maioritário que estão, de igual modo, a fazer este tipo de ajustes. É preciso ter a coragem de assumir o verdadeiro desenvolvimento do Concelho e quem é Poder não pode ter comportamentos como têm algumas Oposições. Não se trabalha em função de calendários eleitorais, isto está provado. Discordar do assunto na especialidade e na generalidade num caso destes é ir longe demais, foi por isso que votámos a favor pela forma racional, pela forma correcta e empenhada como os serviços demonstraram aqui que chegaram a estes números. Obviamente, isto é um documento dinâmico, não é um estático e pode vir a ser alterado em qualquer altura. Muito obrigado”. -----

-----**PONTO SEIS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DO MUNICIPIO DE MONTEMOR-O-VELHO; -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Quanto a esta alteração o PS não nada tem a opor relativamente à sua aprovação. Tínhamos ficado com a impressão de que uma sugestão deixada aqui, o ano passado, sido feita mas tal não aconteceu e tem a ver com o seguinte - no nº 3º, do artigo º3, disse “atenção que isso não pode ser no ensino superior”. Tal prendia-se com a questão da repetição da cadeira, e, continua a ser, tendo repetido a matrícula numa ou mais disciplinas para melhoria de nota. Penso que o objectivo desta alínea diz apenas respeito ao ensino secundário, porque o que temos é a melhoria de notas para entrada para o curso a) ou b) e a CM não atribui qualquer bolsa. Outra coisa é no ensino superior, em que o indivíduo se matriculou 2ª vez na mesma cadeira, porque teve apenas 14, o que lhe estraga a média, consegue ter 18 e aparece aqui com essa nota e a CM dá-lhe Bolsa por Excelência. Quero saber se é assim, já que há um ano tive esta intervenção e o PCM pareceu-me que concordava com ela e fiquei descansado. Relativamente ao resto parece-me que o regulamento está correcto e mais exacto e devemos-lo ir agilizando, dum ano para o outro. Era esta a questão que queria colocar desta vez, para que fique claro no regulamento”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato à votação, que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PONTO SETE – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DO “PROGRAMA PARA A HASTA PÚBLICA DOS TERRENOS DO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL, EM MONTEMOR-O-VELHO”;**-----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Gostava de falar, não só na qualidade de eleito municipal, mas também na qualidade de montemorense, associado do Atlético Clube Montemorense (ACM) e como último Presidente da sua Mesa da Assembleia Geral. Em tempos, fiz uma proposta que foi chumbada, no sentido de serem previstos alguns apoios a um clube que tem muitas décadas, que prestou um serviço importante à Vila, à Freguesia e ao Concelho e que, neste momento, se encontra num período particularmente difícil. Se calhar porque está na sede do Concelho e, aí, as coisas tratam-se duma maneira diferente daquilo que é tratado nas Freguesias, onde se suporta o custo e se dá benefícios às colectividades locais e há exemplos recorrentes, sendo, então as situações diferentes. No caso do campo das Lajes, gostava de recordar que era um terreno arrendado ao ACM até há 25 anos, altura em que havia pessoas, com



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

responsabilidades, na CM e no Clube, que decidiram, não vou dizer à margem da vontade da instituição, fazer a aquisição daqueles terrenos para o Município. Pensaram, sinceramente, que estavam a ajudar o Clube e o Desporto, mas a verdade é que 25 anos depois, o que custou 10 000 ou 5 000 €, não me recordo bem, vem, à nossa consideração, com uma proposta de alienação de 1 200 000 €. Não estou em desacordo com o princípio da alienação deste terreno ou de outro qualquer que possa ajudar o próprio Município a levar à prática os seus projectos. Mas não posso deixar de perguntar se a JF de Montemor foi ouvida, se foi consultado a Comissão Administrativa que existe do ACM, se está prevista alguma forma de compensação, uma vez que a CM não paga mais-valias sobre estas coisas, se se prevê algum benefício para o clube e para o relançamento da sua actividade ou se desta alienação resulta alguma cativação de recursos para a construção dum novo parque desportivo, uma vez que, nesta área específica, deixará de haver um campo na Vila. Não sei qual vai ser o futuro do ACM que mantém apenas uma mini actividade na área de veteranos, mas se for vontade de todos é possível relançá-lo e estão ou não acauteladas algumas condições que possam permitir esse futuro. Acho que o ACM, com décadas de utilização daquele espaço, justifica e merece que seja feita esta reflexão e que haja uma compensação que não chamo de excepcional, mas merecida, sabendo que outros clubes noutras terras têm beneficiado directa ou indirectamente de apoios semelhantes, não menores do que aquele que poderia propor. Penso que devíamos tomar a iniciativa de ser pró-activos e não ajudar a morrer aquilo que, enfim, me parece que já está com dificuldades de sobreviver. Era neste sentido que questionava a CMMV. -----

----- Finalmente, será que esta venda não está, em face da actual conjuntura, um pouco desactualizada ou posta em causa porque não me parece que seja a melhor altura para poder fazer vendas proveitosas?”. -----

----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Desde já, para reforçar o que o Membro Jorge Camarneiro disse e porquê? Efectivamente, há aqui uma questão afectiva que não podemos traduzir apenas com pragmatismo. Dei de barato que o ACM teria sido consultado, espero que tenha acontecido, pelo menos enquanto utilizador do espaço e porque julgo que terá sempre utilização preferencial no parque desportivo a construir no âmbito do CAR, pelo que me parece que dentro dessa perspectiva, a curto prazo, teremos novamente campo de futebol com características melhores do que as existentes, mas era importante que este aspecto ficasse salvaguardado. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

-----Relativamente ainda à questão, ouvi aqui em tempos que para aprovação de loteamentos de alguma dimensão devia ser consultada a JF de Montemor e, por isso, deve ser, também, ouvida neste aspecto. -----

-----Relativamente ao princípio da alienação não tenho nenhum preconceito relativamente à questão e é missão da CM e de quem dirige fazer essas opções, mas tenho uma questão que, diria, essencial. Nos documentos que nos foram fornecidos, tivemos uma avaliação dos serviços da CM, do terreno em si, com cautela, como é lá descrito, em 1 550 000 €, valor previsível de mercado. Podemos verificar, no texto remetido, que se considera que a avaliação ponderada e justa do valor patrimonial do terreno referido, se obtém pela avaliação do valor real e corrente ou o presumível valor de transacção, ou ainda designado valor do património imobiliário, o valor do mercado do património imobiliário será pois de 1 550 000 €, porém e tendo em conta a necessidade de prudência na determinação duma base de licitação para um procedimento de hasta pública preconiza-se que esta seja fixada em 1 200 000 €. Há, portanto, 350 000 € de desvalorização. Dir-me-ão que a hasta pública pode alcançar mais valor, mas penso que a CM está a desperdiçar o seu valor patrimonial e, até posso ir ao encontro de uma sugestão do Membro Jorge Camarneiro, com a qual, pessoalmente, não concordo, em que preconizava uma ajuda financeira ao ACM para que pudesse reactivar a sua actividade, poderia ser aqui acautelada, se esta base de licitação tivesse o valor pelo qual foi avaliado. Uma redução desta ordem de grandeza é substantiva, até porque não há nada a que obrigue, nas condições da hasta pública, a que haja construção, de imediato, daqui a um ano, dois ou vinte e, não havendo nenhuma limitação substantiva sobre este aspecto, parece-me que estamos a captar alguém que queira vir especular, *a posteriori*, com este terreno. Estou disponível para apresentar uma base de licitação maior, baseado naquilo que nos é apresentado e não estou aqui com nenhuma casuística, não estou a inventar que aquilo vale mais ou menos, estou a basear-me no que me foi apresentado”.--

-----Ao Director do DOT foi dada a palavra para prestar esclarecimentos às questões colocadas, dizendo: “Compreendo a intervenção do Membro Fernando Ramos, mas vou explicar melhor a metodologia de avaliação do terreno que é da minha autoria exclusiva nem sequer é do Director de Departamento. Normalmente, quando faço avaliações, utilizo 2 métodos e consigo chegar a valores semelhantes com eles e, curiosamente, neste caso, não consegui. Procurei razões para isto e não as tenho. A verdade é que não as tenho e, por isso, a minha resposta será um pouco evasiva. Pelos métodos mais habituais, efectivamente, cheguei a 1 550 000 € e pelo método em que há um estudo “cash flow”, que tem em conta as taxas de juro e as margens de lucro, correntemente

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

praticadas na construção, cheguei a um valor diferente. Isto pode querer dizer que estamos a atravessar uma conjuntura em que o mercado está muito complicado. É preciso dizer que, em minha opinião, na área do mercado imobiliário a crise chegou a Montemor depois de ter chegado a todos os Concelhos vizinhos. A pesquisa de mercado a que procedi, baseada no início e de meados de 2008, pode estar ligeiramente inflacionada relativamente às condições técnico-financeiras de uma operação urbanística vindoura e daí que, pelo método de “cash flow”, não tenha conseguido chegar ao valor de 1 550 000 €, mas apenas ao 1 200 000 €. Foi esse valor que se propôs, mas admito que tenha havido alguma falha e, com humildade, o reconheço ao não propor, dentro das condições técnicas de alienação, um prazo para o início da construção”. -----

-----O PCM interrompeu, dizendo: “Lembro que vamos discutir planos de actividades e orçamento onde existem verbas altíssimas para projectos localizados em Montemor, para o qual pergunto quais são as fontes de financiamento que o Município quer ter, para não colocar em causa a igualdade de desenvolvimento entre Abrunheira, Meãs, Montemor, Pereira e Vila Nova da Barca. Não podemos ser utópicos ou míopes. Há, neste momento, património municipal que não é propriedade de ninguém, a não ser do município, que tem que gizar a solvência de projectos a implementar. Aquilo é património municipal e corrijo aquilo que não foi correctamente, já hoje, aqui afirmado. O terreno do antigo campo de futebol é, praticamente, aquele onde, actualmente, se situa a piscina municipal. Já em finais da década de 80, foi adquirida a outra parte, alterando-se a configuração do campo e em que o espaço junto à baliza do lado sul nem sequer era propriedade do Município. Mais tarde, quando o projecto Morgranja foi desenvolvido cederam esse espaço ao Município e, por isso, tivemos que ter muita cautela quando fizemos o levantamento de modo a, correctamente, se identificarem os artigos da piscina, da outra parte e do que são as contra-partidas cedidas pela Tricana e pela Morgranja. Atenção a esta matéria porque está a falar-se de bens públicos que, por várias vicissitudes, foram parar ao erário público municipal e em que não podem existir paixonites e emotividades injustificáveis. O projecto do CAR, é trazer para a zona ribeirinha equipamentos colectivos que vão viabilizar isto tudo, onde estão relvados sintéticos. O que está em causa é ajustarmos equipamentos colectivos que não são prioritários, como compensação do esforço financeiro que vamos fazer ao comprar terrenos para isto tudo e que, no mesmo sistema de avaliação usado neste caso, os custos andarão muito próximo dos 80% do valor de da alienação daquele espaço. O discurso é muito bonito, mas quem toca a batuta é que tem de responder - antes de fazermos a pista de retorno temos que chegar a acordo com os agricultores e pagar-lhes os terrenos que vão ceder; vamos ter de chegar a acordo com os proprietários

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

dos diversos espaços, na zona ribeirinha, e quem é que paga isto? Somos nós, erário público municipal. Assim, será justo dizer que se tivermos fonte de alimentação financeira a montante, que ela seja utilizada para aplicar a jusante. O projecto foi discutido entre nós, no Executivo, e ficou salvaguardado que tinha que, obrigatoriamente, ir a discussão pública, e quem adquirir o terreno está sujeito a determinado tipo de pressupostos que estão na tramitação da alienação. Não podemos esquecer que, como foi dito muitas vezes, isto era para vender para fins comerciais e para habitação e se fossem utilizados processos de energias renováveis os valores poderiam ser beneficiados e é com base nisso que resolvemos abater 10 a 15% na base de licitação. Por outro lado, vamos supor que o clube continua sem actividade. Pergunto: a população em geral não tem direito à prática de desporto, não federado? Não têm direito os jovens a fazer os seus jogos num campo que é aqui ou acolá? Como é em relação aos outros? Esta situação está salvaguardada dentro dos limites da transparência, da equidade e da manutenção dos objectivos da prática desportiva transversal e descodificada. A Autarquia de Montemor não é uma instituição de solidariedade social, portanto este equilíbrio tem de ser garantido.-----

----- Sobre a oportunidade do negócio, deixem-me dizer-vos que não sou eu que a faço e, por isso, se no dia 12 ou dia 15 do próximo mês ou daqui a 2 meses, quando se realizar a hasta pública, não tiverem sido cumpridos os requisitos não a aceitaremos. Como foi dito, haverá, posteriormente, um prazo para apresentação das soluções para discussão pública e, nessa altura, estamos a tempo e horas de corrigir o que se julgue pertinente. Quem é que aprova as condicionantes do projecto? Para a execução dos projectos definidos precisamos de 2 a 2 anos e meio e pergunto se vamos dar primazia a um campo de futebol, em detrimento da pista de atletismo para o triatlo, da pista de retorno do CAR e do campeonato da Europa de 2010. Quem financia isto, como é que se paga o saneamento de Verride, Vila Nova da Barca, Abrunheira, Seixo, Liceia e Gatões? Como é que se vai sustentar o Parque Tecnológico de Montemor? Sabem perfeitamente que não temos rendimentos suficientes, se não formos ao nosso património para executar os projectos e a nossa autonomia. O projecto político desenvolvido ao longo destes últimos anos, quer queiram quer não, significa, a médio prazo, fixação de residência com base em emprego mas o retorno daí resultante só terá expressão na segunda geração de autarcas depois de mim, e este é o grande testemunho político que deixarei para o futuro, com a minha equipa e com a Oposição. Se fosse para retorno imediato, não valia apenas entrarmos nisto, não tínhamos capacidade, nem coragem, não tínhamos obtenção de resultados e o que se perspectiva é que, daqui a 10 ou 15 anos, venham a ter outras

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

condições de auto-suficiência que não temos hoje, nem nunca herdámos. Se alguém fizer as contas, temos uma dependência autónoma de, apenas, 17 a 23% da nossa capacidade financeira anual. Não esqueço que, quando pretendemos alterar a situação e, de uma certa maneira, aumentar as nossas fontes autónomas de financiamento, caímos logo na parca ideia e provinciana de que estamos a penalizar o desgraçadinho. Claramente: alguém durante estes últimos 20 anos não ligou ao urbanismo deste Município e alguém está rico à nossa conta e a vergonha do que foi aprovado, em 2001 e 2002, está bem patente nesse auto-financiamento. Apliquem-se as devidas taxas ao que lá está e queria ver se aquilo era feito da mesma forma. Agora, quem é que vai pagar as Etar's? E os ajardinamentos? E a assimetria entre a margem esquerda e a margem direita? Quem é que o fez? Portanto, ou sabemos o que queremos ou obrigam-me a dizer aquilo que, para mim é passado, fechei, está lá em baixo para outras vias que não são as vias que me competem. As minhas dúvidas, reparto-as; não traço o mesmo caminho, não o percorro, não quero os mesmos resultados. -----

-----Em relação ao campo de futebol gostaria de deixar bem claro que existirá uma solução compatível com uma alternativa de prática da mesma modalidade desportiva salvaguardando as devidas diferenças e equilíbrios na oferta do tecido desportivo concelhio. -----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: "Gostava de dizer que não me revejo nas palavras do PCM e gostava de repor as coisas no devido lugar. Levantei apenas uma questão de que toda a gente tem consciência e que foi para saber se está ou não previsto algum enquadramento em relação a toda esta situação e a outra que suscitei foi a da eventual oportunidade do negócio, exactamente, nos termos do mercado actual. É evidente e mais não disse e já tive a oportunidade de dizer várias vezes, ao PCM e a outras pessoas, que não me incomoda nada que se venda património, porque esse património vai ser trocado por outro com mais vantagem. Portanto, fica registado e não vale a pena irmos mais longe do que isso, porque o que referi não tinha outra intenção senão esclarecer uma determinada situação". -----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: "E a questão é tão simples como isso. Nunca estive em causa a alienação, mas sim o valor base de licitação da hasta pública e, se percebi bem, o que o PCM queria sugerir era que o valor fosse igual ao da avaliação com uma redução de 10 ou 15%, por motivos que explicitou. Não é essa a redução que foi feita, por isso e como não compreendo as razões para tal irei, de imediato, apresentar uma proposta em que o valor base da licitação seja de 1 350 000 € -

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

-----Deu entrada na Mesa uma proposta do PS, conforme **documento anexo** à presente acta sob o nº 14.-----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Em função do que foi apresentado, peço um curto espaço de tempo para trocar impressões com o meu Grupo, de modo a que se tomem decisões, devidamente, justificadas”.-----

-----Foram concedidos os 3 minutos para os Grupos trocarem impressões relativas à proposta apresentada pelo PS.-----

-----O PMAM perguntou se alguém se opõe à proposta apresentada pelo PS, não se tendo registado qualquer manifestação de oposição e foram, então votadas, em separado, as duas propostas – primeiro a apresentada pela CM e, depois, a do PS.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato à votação da proposta que obteve o seguinte resultado, referente à alienação do terreno:-----

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstenções – 01;-----

----- Votos a favor – 32.-----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria-----

-----Aprovada a alienação, foi posta à votação a proposta apresentada pelo PS em que se apresenta um valor diferente da proposta do Executivo, tendo sido obtido o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 18;-----

----- Abstenções: 01;-----

----- Votos a favor – 14.-----

----- Esta proposta foi rejeitada pelo que o valor da vasa de licitação será de 1.200.000 euros.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Votei contra as duas propostas porque não vi, em nenhuma delas, considerado o aspecto essencial da minha intervenção inicial. É evidente que confio nas pessoas, do Grupo do PS ou do da CMNRC, no que se refere ao problema referido e sei que há uma conversa entre o ACM e a CMMV, vantajosa para ambas as partes, no sentido de poder trocar o único património que possui tem por um lugar no Parque Desportivo”.-----

-----**PONTO OITO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A “DESAFECTAÇÃO DAS PARCELAS “A” E “C”, DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO E CEDÊNCIA GRATUITA À REFER-E.P., PARA A CONSTRUÇÃO DA PASSAGEM INFERIOR PEDONAL NO APEADEIRO DE PEREIRA”;-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

----- O Membro Rui Rodrigues (PS) pediu a palavra e disse: “Apenas para vos transmitir o texto de comunicado sobre o assunto: “O Grupo do PS vem, por intermédio desta AM, congratular-se com as obras da REFER para a construção da passagem pedonal sob a linha do Norte, na Vila de Pereira e endereçar os agradecimentos à Secretária de estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, pelo empenho mostrado desde o encerramento da passagem de nível que foi ao encontro da necessidade e salvaguarda dos interesses da população ali residente. Entretanto, a obra a iniciar poderia ser efectuada com algumas alterações, em termos de salvaguarda da segurança. É um alerta para quem de direito para a sua análise e correcção. Também seria óptimo que essa obra viesse a abranger toda aquela praça envolvente, pois poderia ficar toda embelezada e dar outra dignidade àquele local de acesso a todos os monumentos ali situados”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 32. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----- **PONTO NOVE** – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DOS ESTATUTOS “MOVER – ASSOCIAÇÃO DAS RUAS DE CULTURA DE MONTEMOR-O-VELHO”; -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Pretendo, apenas, fazer uma declaração sobre este ponto - não participarei na sua discussão, nem na votação uma vez que, embora sendo uma Associação sem carácter lucrativo, pode colidir com os meus interesses particulares, profissionais e empresariais e, portanto, vou sair da sala”.---

----- O membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Em relação à questão em si e à ideia da Associação, o PS está de acordo e quanto à designação também não tem nada a opor. Gostaria, no entanto, de explicitar algumas questões relativamente aos estatutos, no acautelamento do sócio que virá a ser a CM, porque há pormenores que ou estão omissos ou deviam ser clarificadas. Omisso está, e isso decorre da Lei, o montante com que a CM vai participar nesta Associação e, digamos que a AM tem direito de o saber, nem que a participação seja de 1 €. Ultrapassada essa questão há uma outra que gostaria de ver esclarecida - o direito de voto na Assembleia Geral (AG) é proporcional à quota que cada um tem, mas há excepções e não concordo com algumas delas. Estou de acordo que, quanto à dissolução da AG cada sócio só disponha de um voto, mas, muito sinceramente, tenho para mim que a alteração dos estatutos deve obedecer à norma

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### ***Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

geral, devendo ficar claro que o voto deve ser proporcional ao valor de cada associado, porque senão podemos subverter tudo rapidamente. -----

----- Também me parece que deve ficar claro se o Conselho Fiscal (CF) tem ou não uma sociedade revisora oficial de contas, porque um dos poderes da AG é designar uma dessas entidades. -----

----- Depois uma outra questão - o Conselho de Administração poderá ser remunerado e diz que deve a AG a aprovar as remunerações, mas essa competência não está nas suas competências. -----

----- Por último, a proposta de Estatutos prevê que o Conselho de Administração tenha competência para deliberar e contratar garantias bancárias e empréstimos. Gostaria de ver esta competência na AG, porque é aí que se encontra representada a CM que terá de acautelar as suas posições”. -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “A questão é muito simples e isto é um princípio de onde partimos e que trará repercussão em futuros aderentes a este projecto. O Município tem que ser maioritário na NanoSpark como na Mover. Todas as perguntas têm lógica mas tínhamos de definir o que queríamos e só depois de saber quem vai entrar e de que forma é que vamos avaliar que tipo de património vai ser colocado à disposição para mantermos a maioria, blindando, então os Estatutos. O que pergunta, está perfeitamente correcto, mas se já vai tudo isso explícito quantos é que vão entrar no princípio? Temos o exemplo do NanoSpark em que o Centro Tecnológico de Vidro e Cerâmico, a AGNI e outros levantaram questões, dizendo que participo mas atenção neste ponto, não vou mais longe do que “x%”. Em relação a isto, o primeiro passo é este documento ser aprovado não se fechando, no entanto, o processo. Mais tarde, temos de informar que, em relação à NanoSpark ou em relação à Mover, os associados são estes e aqueles e vamos propor que se acertem os estatutos. As dúvidas são perfeitamente claras, mas a resolução delas não podem ser tomadas arbitrariamente só por nós, porque nós vamos ter que equacionar a discussão com outros. Considero que esta chamada de atenção deva ser englobada na deliberação porque quando contactarmos as outras entidades faremos ressaltar essas alterações, embora haja uma que não podemos mesmo mexer que é a de apenas um voto por participante para que se concretize a dissolução. A aprovação deste documento vai significar a possibilidade de captar associados e parceiros definindo-se, *a posteriori*, as condições de participação. Algumas chamadas de atenção serão enviadas ao jurista da Autarquia para que as estude e dê o seu parecer.”.--

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado:-----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22**

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 32. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PONTO DEZ** – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ADESÃO À “PARQUES DE PORTUGAL – ASSOCIAÇÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS; --

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 32. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PONTO ONZE** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009;-----

----- O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto o Grupo do PS tem algumas considerações a fazer. O que nos é apresentado é a perspectiva de estarmos perante um ano em que vão ser feitos investimentos avultados. A grande questão que se coloca é saber qual vai ser a resposta financeira por parte da CM a essa realidade e há situações que acabam por não estar tão claras ou serem tão lineares como vêm a ser apresentadas. O PCM fala no atraso de 2 anos do QREN, mas como foi sendo anunciado pelo próprio, este seria ano o culminar do grande investimento por parte da CM. Perante os relatórios que nos vão sendo fornecidos, chegamos à conclusão que a gestão financeira não terá sido direccionada para este momento de forte investimento e colocam-se-nos aqui dúvidas de, em termos financeiros, como é que será este ano e os subsequentes pagamentos dos investimentos que vão ser agora lançados e de que forma é que isto se vai reflectir na capacidade de investimento. E é aqui que se colocam as grandes questões. Se os números não mentem e notamos já alguns problemas nalgumas JF do PS que não receberam as transferências protocoladas e já se fez uma diminuição de 50% em grande parte das mesmas para o próximo ano. Perante estes sinais, os números e as contas que o PCM, sabe fazer melhor do que eu acerca das disponibilidades dos passivos de curto prazo e de toda a situação, pretendemos saber, realmente, qual vai ser o plano para conseguir minimizar o impacto no futuro do Concelho? Essa é, realmente, a grande questão que colocamos - para quem reclamava, frenética e desesperadamente, ter encontrado uma CM tecnicamente falida e ter recebido

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

uma pesada herança do Executivo Socialista, em 2002, que legado pretende o PCM e esta Maioria PSD-PP deixar para os mesmos Socialistas, em 2009? Muito obrigado”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Às vezes penso que estou na Assembleia errada - aqui não se discute o desenvolvimento do Concelho; é mais forte a vocação político-partidária, do que a análise fria das situações. Também não estou completamente de acordo com estas Grandes Opções do Plano, porque não são as minhas, obrigatoriamente, faria diferente, mas não é só por essas razões que existem estas picardias entre o PS e PSD. Neste momento somos confrontados com uma vontade do PS em criar factos políticos, em suscitar questões quase à socapa, com uns comunicados em Pereira ou na Ereira, comunicados esses que são forçados, se calhar nem feitos por gentes lá da terra e estamos confrontados com uma vontade muito grande de alguns proto-protagonistas do partido em vir a terreiro no próximo acto eleitoral. Mas podiam sugerir quais as propostas do que fariam em alternativa, o que está mal. Parece-me que há prioridades neste Concelho que subscrevo, não totalmente, porque me parece que algumas sê-lo-ão mais do que outras, nomeadamente o emprego e o desenvolvimento económico que, depois, provocam todas as outras. Percebo que, político partidariamente, é necessário atender aos interesses das populações para poder acautelar os próximos mandatos e, por isso, caímos na utilização do dinheiro não das formas mais rentáveis e é, por isso, que se anda aqui a pensar de onde é que vem o dinheiro para fazer as obras essenciais, conciliadas com as outras que, no orçamento, têm que estar consignadas. De facto, não acredito que se façam 40 milhões de euros, já o disse e repito, não é viável, não é possível. Acabamos de discutir a primeira venda séria de património nestes anos todos, desde que o PS também recorria a esta ficção para poder equilibrar os orçamentos. Na minha opinião, penso que existe um erro de cálculo quando projectamos para o futuro despesas que não conseguimos e sabemos, à partida, que não conseguimos realizar. Foi o que aconteceu nestes anos todos e, uma vez mais, está a acontecer este ano. O orçamento de 2008 já atirava para valores muito próximos dos actuais e verificamos é que há uma grande “décalage” na sua realização. Acredito que, no próximo ano, vão ser criados mecanismos que podem dar alguma folga financeira ao endividamento das Câmaras pela não cabimentação na dívida pública de alguns investimentos. O Governo precisa de dar folga aos seus Autarcas. É provável que sejam disponibilizadas, agora com alguma rapidez, as verbas do QREN; que se mexa na capacidade de endividamento. Sei, à partida, que 40 milhões não são realizáveis e, por isso, fico com uma dúvida política - em qual despesa é que vou votar, porque uma parte dela não vai poder ser realizada. A exemplo de outras vezes vou abster-me, porque estou

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

de acordo com as prioridades que estão implícitas neste orçamento. Estou de acordo que o CAR possa ser a alavanca de que estamos à espera há muitos anos, que o Parque Logístico de Arazede, que o Parque Industrial em Montemor-o-Velho, que a área industrial de Tentúgal, que um Parque na zona de Pereira e Santo Varão são prioridades importantes e estruturantes para o nosso Concelho. Não falo sobre as outras questões da área do desporto ou das artes criativas, que espero que resultem, mas no fundo estou de acordo com o essencial desta proposta nas áreas que são vinculadas, no saneamento, na requalificação urbana e outras. Francamente resta-me uma dúvida que é saber em que obra é que estou a votar porque não sei, nem o PCM me consegue dizer, por motivos vários, quais são as obras que não vai conseguir realizar para além do projectado papel. Naturalmente que é muito difícil projectar obras desta natureza para um ano, mas não gostaria de chegar ao fim do ano que vem e ver um novo comunicado do PS da Ereira ou de Pereira a dizer que a CM não lhe paga aquilo que prometeu entregar. Por essa razão faço um voto político: não voto a favor, mas também não voto contra porque estou de acordo no essencial com as prioridades apresentadas”.-----

-----O PJF de Abrunheira pediu a palavra e disse: “Permitam-me que vos transmita uma declaração de voto: “Os PJF, eleitos pelo PS, votaram favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2007, apesar de terem liberdade de voto, o que não deixou de ser um acto de coragem e de respeito pela palavra do PCM que, nessa altura, nos recebeu ficando sensibilizado com os nossos anseios e justas reivindicações prometendo-nos melhores condições para os anos posteriores. O final do ano de 2008 está à porta: os signatários cumpriram a sua parte, mas o PCM não passou, na maior parte dos casos, de promessas, nada mudou. Sentimo-nos tristes e revoltados. Quando olhamos para o nosso comportamento em relação a este Executivo não conseguimos perceber porque não foram cumpridos os protocolos de cooperação e muitas das obras prometidas. Não entendemos porque é que alguns PJF têm de pagar despesas do seu próprio bolso, não puderam enviar postais, fazer festas de Natal para as suas crianças ou comprar prendinhas simbólicas. Não gostamos de ter fornecedores e empreiteiros à porta a reclamar pagamentos de facturas. Em conclusão, com o nosso maior sentido de responsabilidade política e consideração pessoal para com o Executivo e PCM, não podemos deixar de votar em consciência e respeito para com os Municípios das nossas freguesias que esperam, dos seus eleitos, o cumprimento dos compromissos. Assim, embora assumindo muitas dúvidas em relação às Grandes Opções do Plano para 2009, queremos manifestar, mais uma vez, o desejo que a CMMV assuma, definitivamente, o maior respeito pelos compromissos assumidos para com as JF, em geral, e, em particular,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

para com aquelas em que os PJF foram eleitos pelo PS. Assim sendo, não podemos manifestar outra intenção de voto que não seja a de abstenção aguardando que a CMMV assumira, em 2009, os compromissos protocolados”. -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Considerando que: -----

- o Plano e Orçamento são ferramentas decisivas para a afirmação do Poder Local e constitui, neste caso, a assunção plena das linhas programáticas, das estratégias e das políticas de desenvolvimento concelhio que este Executivo tem levado a cabo; -----

- com base na filosofia deste Executivo, ressalta, com clareza, a aposta firme das organizações da sociedade civil que empreendem, inovam e criam rendimento no Concelho; -----

- as Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2009 pelo seu alcance de visão estimulam e consolidam os investimentos no PLIA e no Parque Empresarial de Montemor e nos investimentos são reais e não virtuais, uma vez que é já visível as a implantação de algumas indústrias; -----

- que a proposta de Lei do Orçamento de Estado e o atraso estrutural da implementação do QREN acarretam uma perda real e insubstituível de receita para o Município, o que é sempre uma condicionante negativa para quem projecta o futuro e tem que atender às necessidades básicas das populações e das JF; -----

- este Executivo continua norteado pelos fundamentos do investimento sustentado e harmonioso em todo o seu território, a partir de uma gestão rigorosa e de rentabilização dos recursos existentes; -----

- - esta proposta de orçamento é aproximadamente de 39 milhões de euros e que em relação a 2008 quase que não existem alterações) acréscimo apenas de 1,3 milhões de euros), ao contrário da maledicência assumida por alguns profetas da desgraça numa provocação gratuita, chamando-lhe de orçamento eleitoralista, não assumindo o envolvimento de Vereadores seus na aprovação, em sede de Executivo; -----

- não dar sequência às aprovações de obras e de políticas de desenvolvimento, é tirar o tapete e usar a política da terra queimada; -----

- para além dos esforços na melhoria da estrutura rodoviária, tão decisiva para a segurança dos cidadãos no aparecimento de mais e melhores acessibilidades, aposta-se com muito querer e muita inteligência no desenvolvimento económico e consequente criação e fixação de emprego; -----

- se assiste à consolidação de uma estrutura fixa de despesa da rubrica de pessoal e com o serviço da dívida, lançando um vasto volume de obras; -----

- - o adequado investimento na educação, com os pólos educativos, na cultura, na

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

promoção da inclusão social, no combate às desigualdades, na garantia de oportunidades iguais para todos e nas actividades de enriquecimento curricular nas áreas da actividade física e desportiva, no inglês, na música e na expressão dramática; -----

- o esforço a fazer na área do desporto, expresso em parte substancial no CAR, com a aquisição de mais terrenos para a pista de retorno do CNM, para a instalação do que falta e da Pousada da Juventude; -----

-- este Plano e Orçamento contempla investimentos nas áreas de requalificação e animização dos Centros Históricos, nomeadamente em sede dos projectos “Ruas de Cultura”, em Montemor; -----

- a transparência na política de apoio ao investimento do tecido associativo em que a Autarquia e as Associações contratualizam os seus direitos e os seus deveres; -----

- é uma medida objectiva a intervenção na área social desde a infância à terceira idade e à solidariedade, com canais abertos e operativos com todas as IPSS's concelhias, estimulando as parcerias e melhorando a rede social; -----

- este Plano e Orçamento define novos eixos prioritários de intervenção com a aposta clara no ambiente, na cultura e turismo respeitador do meio ambiente e dos ecossistemas do Vale onde se mistura o património construído com o património ambiental, a cultura e as tradições das nossas gentes; -----

-- apesar dos sufocos financeiros, provocados pelo orçamento de Estado, a Autarquia se vem pautando por uma grande atitude de dignidade, de respeito e de espírito de sacrifício na parceria com todas as JF, descentralizando e transferindo competências e os correspondentes valores financeiros, com constrangimentos de tesouraria é certo dignificando de uma forma clara e inequívoca o verdadeiro Poder Local; -----

- se irá manter e incentivar, cada vez mais, os valores na requalificação dos recursos humanos da Autarquia; -----

- os argumentos apresentados, pelo PS, para votar contra não têm qualquer sustentabilidade, o Grupo da CMNRC votará favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009. -----

É lamentável que os Membros do Grupo do PS não tenham tido o discernimento para vislumbrarem que estão a prestar um mau serviço ao Concelho e que não sintam que os Munícipes andam mais atentos a estas coisas do que imaginam. A emissão dos ortodoxos e maledicentes comunicados, à moda de outrora, que surgem sempre antes dos actos eleitorais, mostra que determinadas forças políticas parece que pararam no tempo. Os munícipes de agora não valorizam a maledicência pela maledicência, são gente que tem outro sentido da vida e penalizam os profetas da desgraça. Estejam mais

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

atentos aos de modernidade porque, todos, seremos pouco para ajudar Montemor-o-Velho a progredir e o concelho pede-nos isso. -----

Podem ser contrários a este tipo de Orçamento, obviamente, não o sentem como vosso, mas maledicentes não o deverão ser, até porque assumiremos as nossas responsabilidades políticas até ao fim, com uma assertiva postura no que concerne às cumplicidades assumidas nas votações dos Órgãos, para os quais fomos eleitos. Este Plano e Orçamento estabelece um rumo certo, tendo por base uma estratégia de desenvolvimento global, que reputamos de decisiva e fundamental, assente num conhecimento profundo da realidade concelhia para relançar o concelho em termos de realizações e progresso, alcançando a notoriedade regional e nacional. É um Orçamento que pugna por uma perspectiva assertiva e determinada de projectar Montemor para o pelotão da frente, porque é corajoso e solidário, pratica e consubstancia políticas de proximidade a que este concelho não estava habituado, estabelece parcerias e cumplicidades de forma clara, aberta e franca com os congéneres limítrofes e com parcerias positivas. Isto tudo acontece num ano de forte contenção orçamental, mas não deixa de ser vanguardista e humanizante, projectando o futuro com riqueza, captando investimentos do sector privado de forma harmoniosa e sustentados, portadores de tecnologias de ponta fundamentais para a nossa credibilização. Simultaneamente aposta na educação e na cultura de forma determinada. É tudo isto que nos distingue dos mais projectos Autárquicos aqui presentes. O que nos distingue dos outros é a nossa concepção e entrega no desenvolvimento de um modelo de desenvolvimento social para Montemor-o-Velho. O nosso projecto político pugna por chamar todos os Montemorenses, sem excepção, ao teatro de operações do progresso desta terra. Queremos que todos se sintam bem e façam parte integrante deste desenvolvimento concelhio e, aí cabem os socialistas, cabem os comunistas, cabem todas as forças partidárias, porque todos somos precisos. E caros companheiros, camaradas e tribunos, todos juntos, nunca seremos de mais para o defender, o partilhar, o fruir e, porque não, sonhar com uma terra engrandecida. É este rumo na competitividade e no desenvolvimento económico e social, na valorização e requalificação dos recursos humanos e do território e na qualidade de vida que este projecto político aposta, desde o seu início, em 2001, e, de uma forma abnegada, responsável e de entrega o actual PCM tem sabido desenvolver. Muito obrigado”. -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Relativamente ao documento em discussão escuso-me voltar a comentá-lo já que não tenho mais nada a acrescentar ao aquilo que está escrito na acta da reunião do Executivo e que está bem explícito. Por outro lado, há

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

muitos aspectos que o Membro Jorge Camarneiro referiu que são perfeitamente claros e sinónimo duma visão, que partilho e, neste momento, o que me preocupa é o Concelho e hoje, ele está completamente diferente, face às alternativas que se criam, à forma de estar e de liderar”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 07;-----

----- Abstenções – 08;-----

----- Votos a favor – 17. -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria.-----

-----**PONTO DOZE – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DE “EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO”**-----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Como já foi referido, não é de estranhar a posição do PS em votar contra, porque os argumentos foram devidamente apresentados e são basicamente os mesmos de 2008, face às questões que estão em cima da Mesa. Agora, evidentemente penso, que nem o meu camarada Marco Góis, nem o PJF de Abrunheira, Carlos Alves, foram maledicentes ao tecer as opções políticas que fizeram. Cada um de nós está aqui para as tomar e mau seria se não as tecêssemos. Desta mesma forma e relativamente a este ponto, uma vez que ele se prende com o que foi discutido anteriormente, a posição do PS é a mesma”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 07;-----

----- Abstenções – 07;-----

----- Votos a favor – 18. -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria.-----

-----**PONTO TREZE – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO NAS JUNTAS DE FREGUESIA.**-----

-----O PJF de Ereira pediu a palavra e disse: “Permitam-me que, também neste ponto, vos leia uma declaração de voto: “Os PJF, eleitos pelo PS, em reunião prévia com o PCM, aceitaram os moldes em que os mesmos protocolos iriam funcionar para o ano de 2009. O nosso sentido de voto é, naturalmente, de votar a favor destes protocolos, não deixando, contudo, de lamentar que não lhes tenha sido dito, previamente, que algumas JF só iriam receber 2 tranches, sendo uma delas no final do ano de 2009, parecendo, assim, que há

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

eleições Autárquicas apenas para alguns, e não para estas JF. Na realidade, todos temos orgulho e ambição em apresentar obra aos nossos eleitores, no tempo certo e no cumprimento das promessas que fazemos uns aos outros. Obrigado”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Gostava de ser esclarecido sobre o teor das declarações do PJF da Ereira, uma vez que o que nos foi distribuído foi no sentido de que isto teria sido aprovado entre a Autarquia e as JF e, portanto, alguma coisa está errada”. -----

----- O PJF da Ereira pediu a palavra e disse: “É tão simples como isto: na reunião que referi, algumas JF aceitaram a proposta do PCM de receberem, em cada trimestre, uma tranche, mas algumas que só vão receber 2 tranches - uma no segundo trimestre e outra no quarto trimestre e, isso não foi dito”. -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “A questão é diferente e acho que o PJF da Ereira não está a ser totalmente correcto. O que foi dito é que há 3 JF, se não estou em erro, que vão receber a totalidade dos 100% das verbas e que essas teriam um pagamento desfasado das outras que iam receber 50% e porquê? Porque, não podemos esquecer que vão receber, dentro dos primeiros meses todo o transitado em dívida, porque isso não caiu no esquecimento. Claramente, que o ónus da transferência financeira é sobrecarregado no que diz respeito a estas 3 JF, porque têm que receber o total do ano anterior e ainda os 100% do ano seguinte e, em termos financeiros, o respectivo Departamento é que diz como é que é feita a distribuição de acordo com aquilo que programa no que diz respeito à verba transitada. O que está aqui em causa é a capacidade financeira para pagar os valores que estão atribuídos, acrescidos do saldo negativo de 2008. Relembro que, no final do corrente ano, o Estado nos deve uma quantidade significativa de dinheiro. Estamos a encerrar, por obrigação, o III QCA, em que os pagamentos ultrapassam 1 100 000 €, tendo para receber do IMITT 220 000 €, da REFER 50 000 € e do Fundo Final do Cantata 170 000 €. São 420 000 € que se têm entrado dentro da programação normal do ano de 2008, tínhamos suficientes disponibilidades para pagar o III QCA onde temos que ainda ir buscar 600 000 € que davam para pagar todas as verbas que se são devidas. -----

Já o disse e volto a repetir: porque é que há crise em Lisboa e não há crise em Montemor, porque é que há crise para o Governo e não há crise para a Câmara de Montemor, porque é que há crise para os desfavorecidos e não há crise para a Câmara de Montemor? Qual é a diferença? Pela primeira vez, chegou hoje às Autarquias, um parecer do Ministro das finanças em que as isenta de qualquer procedimento para a concretização do que há cerca de um mês viabilizaram - a contracção de um empréstimo para acabar a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

EN 335 e que tem de ir ao Secretário de Estado da Administração Local, ao Ministro das Finanças e ao Tribunal de Contas e, assim, já lá vão mais de 2 meses e são mais 450 000 € que a somar aos outros 420 000 €, perfazem a bonita verba de 870 000 € -----

-----  
Lembro que nos abrimos as primeiras candidaturas apenas em Abril, quando apresentámos a do Centro Educativo que foi aprovada em Junho e, todas as outras, foram abertas depois disso, estando, neste momento, em apreciação: a do saneamento, a da regeneração urbana e todas as outras que foram abordadas em que, claramente 3 delas comportam âmbitos de intervenção similares em que se houver uma que seja aprovada as outras 2 já não interessam. Na semana passada, finalmente, o Ministro do Ambiente foi a Tomar assinar a contratualização de diversas situações, no valor de 71 000 000 €, e quem foi assinar em representação dos Municípios da Região fui eu, que terão direito a 120 000 000 € para investimentos, dos quais 10%, 12 000 000 € vêm para Montemor. Como sabem sou o principal defensor do inter-municipalismo, mas se puder trazer para Montemor não vou dar ao meu vizinho, compreendam isto. O que quero é ter mais para dividir entre nós. -----

No primeiro período de referência de 2009 a 2011 serão utilizados cerca de 53% dos 70 e tal milhões de euros e os outros 47 transitam para o período seguinte para os três anos seguintes, com extensão até 2015 por causa dos 2 anos anteriores que não foram utilizados. Isto vai representar, em termos objectivos, que em 2011 se poderão renegociar os envelopes que agora foram comprometidos objectivamente. Isto quer dizer que o nosso pacote de 12 milhões € comportam, um primeiro envelope onde está a requalificação do sistema de mobilidade da Gândara, que é ao conclusão da EN 335-1, com o saneamento em falta, a passagem da Linha da Beira Alta, a ligação à rotunda dos Gordos e terminar a requalificação do Meco. Se se pedisse financiamento para este projecto ele era chumbado, e daí que, a partir do PLIA, se parta para a união das 2 vias de comunicação mais importantes, a A17 e a A14 e aproveitamos, à conta disto, para realizar a requalificação urbana deste eixo, onde se englobará o Meco. Este projecto tem uma dotação de 1 750 000 € o que é muito pouco, mas pensamos acrescentá-los com os Fundos de Financiamento das passagens superiores, como fizemos em Pereira e em Santo Varão, para completar atingir os 3 ou 4 milhões de euros, senão não conseguimos. Em relação ao que aqui chamamos de Vale e que engloba o sistema de recuperação do sistema de mobilidade na Carapinheira e Meãs, o âmago deste projecto chama-se, neste momento, Pavilhão Multiusos que terá de deixar de ser mercado grossista e zona de feira para passar a ser um centro embrionário de complementaridade ao Parque de Negócios e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

ao CAR para podermos justificar a requalificação de todo o sistema urbano de ligação, com uma verba global de 1 500 000 € -----

Em relação à parte ambiental entraram 1 500 000 € para a requalificação do leito abandonado e que são 7km para recuperar dentro da filosofia do CAR e de complementaridade. -----

----- Para além disto, 1 500 000 € serão para os sintéticos do Águias e do Carapinheirense e para as piscinas de Pereira, de Arazede e a terceira que será aberta, de verão, na Carapinheira e assumo isto à vontade, porque está na Carta Desportiva que foi debatida e em que as pessoas se puderam manifestar. A par disto, fizemos uma candidatura para 3 mini sintéticos, para as Meãs, Pereira e Montemor que vai incorporar-se no CAR na parte do triatlo. Fora deste contexto há mais cerca de 4,5 milhões de euros para 2 projectos, um dos quais em que o PLIA vai ter 2 milhões de euros para a primeira fase das infra-estruturas, os primeiros 10 hectares. -----

Desde a primeira hora dissemos que a verba atribuída à NUTIII do Baixo Mondego estava mal calculada - foram-nos primeiro atribuídos 55.3 milhões de euros que, com o valor de mérito de 25%, daria 66 milhões e negociámos 71 milhões, porque havia um erro de cálculo desde o início que nos prejudicava e que conseguimos demonstrar. Com a vinda da Mealhada e de Mortágua para a CIM – BM não tinha se feita a majoração e tinham mantido as taxas do Dão Lafões e do Baixo Vouga. Quando verificaram já tinham sido distribuídas as verbas e então tiveram a excelente ideia de dizer que tínhamos razão e por isso atribuir-nos-iam 5 milhões extra que são esses 71 milhões. No entanto, esta verba tem de ser dirigida a um único projecto a que nos obrigaram e que chama Ecopista Coimbra / Figueira da Foz, que já tínhamos traçado. Assim, estes 5 milhões vêm integralmente para a concretização da Ciclovía, correspondendo a 7 milhões de investimento para fazer a ligação Coimbra / Figueira da Foz. Como o problema subsistia, porque a verba seria para a Figueira e Coimbra disse-lhe que não poderiam passar pelo nosso território sem aquela estrutura e, então, ficámos com 2 milhões fazer a ligação entre Pereira e as turbinas da Ereira, encontrando-se uma parte já incluída no CAR. Então com essas mesmas verbas vamos negociar as ligações à Ciclovía principal, a partir da Volta da Tocha, passando pelo Meco e terminando junto à Carapinheira e por trás da zona industrial, onde vai recolher a ligação que vai ser feita entre Pereira e a via principal. O que está previsto, neste momento, face a estes pacotes é a abertura de concursos por parte da CIM - BM ao qual vão ter que concorrer algumas das entidades interessadas, directamente ou por via de protocolos. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22***

Pode dizer-se que este pacote de 12 milhões, é para 6 anos e o do centro educativo para 2 anos que em conjunto com o da Escola Secundária de Montemor, tem que estar pronto no ano lectivo de 2010/2011. -----

-É importantíssimo que saibam que já abrimos as propostas das redes de saneamento da margem esquerda sul e da zona central e, grosso modo, as o valor das 3 redes - Arazede, Seixo, Liceia e Gatões, Abrunheira, Vila nova da Barca, Ereira e Verride - aponta para um investimento global de 6 milhões de euros sem contar com as questões do financiamento e dos custos. Fomos obrigados a apresentar um documento estratégico e económico de validação do saneamento, em que somos obrigados, porque a nova Lei da água assim o impõe, a dizer qual a tarifa que vamos praticar para equilibrar o investimento. Já disse que esse valor vai andar muito próximo dos 3 € por metro cúbico englobando água limpa e água tratada, mas esses montantes, para se diminuirmos este valor, o estudo económico vai demonstrar que não tem viabilidade no investimento e ou somos chumbados ou cortam-nos o financiamento. Se nós subirmos este valor para valores irrealistas, eles deduzidos como receita projectada no valor da comparticipação, porque tem que haver autonomia total e isto tem a ver com o regulamento do RMEU que aprovámos em que se somos confrontados com a situação de subvenções praticada podem-nos tirar fundos de financiamento comunitário. Gostaria de deixar aqui mais esta preocupação, enquanto cidadão e político, mais enquanto técnico do que político: as amarras são cada vez maiores, se não for em 2009 é em 2010. -----

----- Em relação ao ciclo urbano da água, estamos a falar de 6 milhões para rede e de as 4 Etar's custarão cerca de 3 500 000 €, sem correcção de preços e sem trabalhos a mais e sem nada, o que totaliza 9 500 000 € -----

-----Se a este valor somarmos os 2 500 000 euros para o Centro Educativo, temos 12 milhões e é esta é a herança que vou deixar, mas com muito gosto, porque deixo o Concelho com 86% de cobertura de saneamento, com o primeiro grande Centro Educativo de toda a Região e com 3 zonas de investimento e captação de postos de trabalho que já se vêem. Tudo isto não é promessa, é já realidade e, mais do que isto, a pergunta que faço é esta, mas faço-a a qualquer um, que dêem outras soluções alternativas - qualquer um destes processos não é de avançar? Digam-no, tenham essa coragem, porque é que votaram favoravelmente e por unanimidade tudo ao longo deste período? -----

----- É lógico que o retorno destes projectos só se fará daqui a 6, 7 ou 8 anos e a questão deste endividamento é que vai substituir o outro que encontrei, não tenho pejo

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2008, Dezembro, 22*

nenhum em dizê-lo, mas em assumi-lo e a questão que se coloca, é onde é que estavam as fábricas? Onde é que estavam os postos de trabalho? -----

----- Para terminar relembro que, em relação ao próximo ano o Estado disponibilizou 1 250 milhões à Administração Central para pagar a tempo e horas e 1 280 milhões para a Administração Local a que vamos concorrer dentro dos moldes estabelecidos”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções - 0; -----

----- Votos a favor – 32. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- O PMAM questionou se alguém se opunha a que as aprovações das deliberações sejam formalizadas em minuta para efeitos imediatos, não se tendo registado qualquer objecção, para que tal acontecesse. -----

----- Não se tendo registado qualquer intervenção do público presente a reunião foi encerrada às 22 horas e, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO,

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha,

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vitor Manuel Monteiro Travassos